

# **Primeiro Resultado Consolidado**

## **PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis**

### **(visão de 20 anos)**

***“Construindo a Petrópolis que  
Queremos”***

Prof. Cleveland M. Jones, DSc – Presidente do IPGPar  
Prof. Luis Carlos Oliveira – Coordenador Geral do PEP20  
Roberto Rocha Passos- Diretor Tesoureiro  
Silvia Arantes Guédon – Diretora  
Johann Siegfried Klemperer – Diretor  
Claudia Sies Kubala – Conselho Fiscal  
Ramiro Farjalla Ferreira – Conselho Fiscal  
Renato Araújo – Conselho Fiscal

## **Sumário**

Prefácio.....	2
GT01 - Urbanismo e Infraestrutura .....	3
Habitação.....	3
Saneamento.....	4
Urbanização (Morfologia e Uso do Solo).....	4
Redução de Riscos.....	5
Mobilidade Urbana.....	6
Energia, Iluminação Pública, Telefonia e Dados.....	7
Telefonia e Dados.....	7
GT02 – Saúde .....	8
Diagnóstico Geral .....	8
Oportunidades .....	8
Ameaças .....	8
Saúde da Família .....	9
Urgência e Emergência .....	9
Terceira Idade .....	10
Esporte e Lazer.....	10
Saúde Mental.....	10
GT03 – Educação.....	11
Ensino Fundamental .....	11
Outras Considerações .....	11
GT04 - Desenvolvimento Econômico .....	13
Release do GT04 .....	13
Vocações Econômicas.....	15
Geração de empregos e renda .....	21
GT05 - Meio Ambiente .....	22
Organização dos subtemas pelo GT05 .....	22
Release do GT05 .....	22
Recursos Hídricos/Proteção de Margens de Rios/Qualidade da Água .....	26
Resíduos Sólidos / Gestão de Resíduos Sólidos .....	27
Biodiversidade e Florestas/Unidades de Conservação/Vocações Econômicas .....	27
Gestão das Faunas Doméstica e Silvestre.....	29
Educação Ambiental .....	30
Saneamento Básico .....	31
GT06 – Cidadania .....	33
Release do GT06 para o sub-tema Participação Social.....	33
Participação Social .....	35
Segurança Pública.....	38
Assistência Social .....	38
Defesa Civil .....	38
GT07 - Administração Pública.....	39
Release do GT07 .....	39
Mecanismos de Governança .....	40
Outras Considerações .....	41
GT08 – Cultura .....	46
Release do GT08 .....	46
Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural .....	47
Fomento à Produção Cultural .....	47

## **Prefácio**

### **PEP20 – Planejamento Estratégico para Petrópolis**

#### ***Construindo a Petrópolis que queremos***

O PEP20 é uma construção colaborativa do IPGPar e inúmeros colaboradores que se aliaram ao esforço da construção de um plano estratégico para Petrópolis, com visão de 20 anos, não apenas quatro.

Com o PEP20, o IPGPar quer inverter a lógica equivocada que o planejamento vem do governo – não! É o povo quem deve dizer aos seus representantes eleitos como quer que seu município seja administrado, e o executivo deve executar esse plano, assim como o legislativo deve fiscalizar o seu fiel cumprimento pelo executivo.

O PEP20 foi uma semente plantada, que ora brota e cresce. Mas o IPGPar reconhece, acima de tudo, que esse projeto foi inspirado pelo incansável Coordenador da Frente Pró-Petrópolis, Philippe Guédon, ícone da gestão participativa e da democracia participativa em Petrópolis, a quem o IPGPar agradece e homenageia pelos seus esforços em prol do PEP20.

O IPGPar também espera que os candidatos às eleições de 2020 adotem o PEP20 como parte de seu compromisso eleitoral, e aqueles que se elegerem, sigam esse planejamento em suas gestões. Abraçar a importância de um planejamento estratégico de longo prazo, permanente, em Petrópolis será um diferencial positivo para os candidatos, em 2020.

A apresentação do PEP20 à sociedade e aos pré-candidatos é uma oportunidade para que todos conheçam esse documento, e para que os pré-candidatos decidam adotar uma postura proativa, uma gestão responsável, que pretendem executar o PEP20 se eleitos, demonstrando um profundo respeito pela vontade do povo, os eleitores.

O PEP20 é um primeiro passo para conscientizar a sociedade sobre a importância de se ter um instituto permanente de planejamento estratégico para o município.

O IPGPar deseja abrir a discussão sobre os temas, diagnósticos, análises e propostas do PEP20, para que a sociedade possa continuar participando de sua construção contínua, já que é um documento dinâmico, que deverá ser constantemente ajustado à realidade e aos anseios da população.

Em 2020, o IPGPar continuará aprimorando e divulgando o PEP20, inclusive realizando apresentações em locais mais próximos da população, nos distritos, bairros, etc.

Através da iniciativa e exemplo do PEP20, o IPGPar convida a todos para que participem, apoiem, e exijam que o município passe a contar com essa importante ferramenta de gestão pública – um planejamento estratégico de longo prazo, elaborado por um instituto permanente de planejamento municipal.

Petrópolis, Dezembro, 2019

## GT01 - Urbanismo e Infraestrutura

### Sub-temas:

- Urbanização
- Habitação
- Redução de Riscos
- Mobilidade Urbana
- Saneamento Básico
- Energia e Iluminação Pública
- Telefonia e dados

### Participantes:

Julio Cesar Carvalho da Silva (Coordenador), Cláudia Karina Wilberg Costa; Renée Kreuger; Octávio Dantas; Mário Bandarra; Raquel Cruz; Natália Kochem; Cleveland M. Jones, Frederico Araújo, João Felipe Verleun, Luiz de Mello e Souza, Margarida Isabel Moura da Cunha, Ramiro Farjalla, Renato Araújo.

### Habitação

#### Pontos fortes

- Infraestrutura instalada disponível;
- Boa oferta de serviços e comércio;

#### Oportunidades

- Demanda habitacional expressiva apoia novos projetos;
- Universidades e outras Instituições de ensino são polo gerador e difusor de conhecimento e ideias sobre habitação;
- Recente reintegração de Petrópolis à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

#### Pontos fracos

- Imóveis residenciais e terrenos supervalorizados (especulação imobiliária);
- Custos de construção elevado em áreas com declive, etc.;
- Baixa densidade populacional em corredores com transporte coletivo público disponível;
- Alto déficit habitacional;
- Ausência de habitação de interesse social;
- Inexistência histórica de política pública consolidada para habitação social;
- Dificuldade para acessar residências por longas escadarias;
- Fiscalização sem efetividade estimulando ocupações irregulares em áreas de risco e de preservação ambiental;

#### Ameaças

- Construção de empreendimentos por iniciativa de pessoas que desconhecem a cidade;
- Previsão do crescimento do déficit habitacional;
- Incremento de abertura de novas servidões;
- Fiscalização ineficaz induzindo aumento das invasões fundiárias.

#### Propostas

O projeto chave de habitação busca assegurar um padrão habitacional mínimo como forma de tornar o município mais atraente para os moradores, e também assegurar uma ocupação racional e segura das áreas em que forem construídos os projetos habitacionais.

- O município deve estimular o aproveitamento de imóveis/espaços ociosos para habitação;
- Os projetos de habitação no município devem seguir as normas ambientais previstas no código florestal, ainda que não sejam obrigatorias em outras esferas;
- Os projetos de habitação no município devem prever infraestrutura de lazer para os moradores, para assegurar um padrão habitacional mínimo mais elevado;
- Os projetos de habitação no município devem prever, salvo impossibilidade técnica, infraestrutura de coleta de água de chuva e superfícies infiltrantes;

## **PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)**

### ***“Construindo a Petrópolis que Queremos”***

- A administração pública deverá informar periodicamente sobre os imóveis de propriedade da prefeitura, disponíveis para realizar projetos habitacionais financiados por bancos e órgãos públicos e também projetos da iniciativa privada, desde que ofereçam contrapartida;
- Implementação de um planejamento estratégico para os projetos.

## **Saneamento**

### **Pontos fortes**

- Índice acima da média nacional;
- Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado em 2014.

### **Oportunidades**

- Universidades e outras Instituições de ensino são polo gerador e difusor de conhecimento e ideias;
- Soluções inovadoras (biodepositores em bairros afastados).

### **Pontos fracos**

- Tubulação de captação de esgoto construídas nos leitos dos rios;
- Coleta de esgoto sob a forma de “tomada de tempo seco”;
- Falta de manutenção no sistema de drenagem pluvial;
- Coleta de lixo irregular e baixo índice de coleta seletiva;
- Lixeiras instaladas em calçadas e beira de rios;
- Redes de abastecimento, esgoto e drenagem precárias em áreas de assentamentos informais;

### **Ameaças**

- Desvio da água de Petrópolis para outros municípios;
- Solução para alguns problemas (resíduos sólidos) depende de outros municípios;
- Contaminação por agrotóxicos das fontes de água.

### **Propostas**

O projeto busca assegurar um padrão mínimo para a qualidade da água dos rios no município, como forma de tornar o município mais atraente para os moradores, e também assegurar melhores condições de saúde para seus habitantes. Também busca, como meta, manter o município no rol dos municípios do Brasil com melhor índice de coleta e tratamento de esgoto (já alcançou elevados índices de oferta de água potável tratada).

- Criação de um porta voz da subconcessionária;
- Fomentar o aumento de áreas de infiltração da água de chuva com sistemas de biorretenção (jardins de chuva) e telhados verdes;
- O município deve estabelecer metas de se manter no topo (top 10) dos municípios com melhor índice de coleta e tratamento de esgoto;
- O município deve estabelecer a meta de zero esgoto ou efluente industrial não coletado e tratado;
- O município deve estabelecer a meta, a ser alcançada em até 20 anos, de transformar todo seu sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e efluentes industriais em sistema separador absoluto, ao invés do sistema atual (sistema combinado ou de tempo seco);
- Implementação de um planejamento estratégico para os projetos.

## **Urbanização (Morfologia e Uso do Solo)**

### **Pontos fortes**

- Escala humana no Centro Histórico;
- Atrações turísticas pelo conjunto arquitetônico e paisagístico;
- Presença de Mata Atlântica;
- Ruas arborizadas no Centro Histórico;
- Paisagem diversificada;
- Revitalização de parte do Centro Histórico.

## **Oportunidades**

- Crescimento do setor de Turismo;
- Revisão da LUPOS em curso - maior acesso a Instrumentos Urbanísticos da Legislação;
- Universidades e outras instituições de ensino podem gerar e difundir conhecimento e ideias.
- BNDES – Cidades inteligentes.

## **Pontos fracos**

- Rios poluídos;
- Áreas inundáveis;
- Déficit habitacional;
- Inexistência de abrigos de ônibus para dias de chuva;
- Servidões que pressionam áreas verdes.
- Áreas de risco e de preservação ambiental sem mitigação;
- Inúmeras edificações históricas sem uso, subutilizadas ou abandonadas;
- Escassez de áreas públicas livres e de lazer propiciando o convívio social;
- Rios poluídos e com intervenções inadequadas em seu leito;
- Repetição de comércios, principalmente farmácias e sapatarias;
- Algumas edificações com altura excessiva;
- Acessibilidade inadequada, calçadas sem rebaixamento e malconservadas;
- Longos percurso entre atrações turísticas, sem apoio intermediário de comércio e serviços ou locais de descanso;
- Inexistência de abrigos para chuva;
- Servidões que pressionam as áreas verdes rompendo com o plano original da cidade;
- Poluição ambiental generalizada;
- Fiscalização ineficaz, falta de controle de ocupações irregulares;

## **Ameaças**

- Urbanização sem controle;
- Cidade dormitório por razões econômicas, que dificultam as chances do morador conseguir emprego e gerar renda;
- Falta de planejamento urbano;
- Falta de manutenção das edificações tombadas
- Implantação de grandes comércios descaracterizando o interior ocupado;
- Fiscalização ineficaz induzindo aumento das invasões fundiárias;
- Aumento da violência criando áreas inseguras;
- Redução do valor turístico da cidade por problemas da falta de conservação e manutenção de seus atrativos e paisagem;
- Ocupação por moradores de rua em estado de abandono;
- Falta de planejamento e perspectiva histórica ao abordar a paisagem do local;
- Fiscalização ineficaz induzindo aumento das invasões fundiárias;

## **Propostas**

- Buscar aproveitamento de margens dos rios para uso público ou concedido;
- Integrar os jardins do Museu Imperial à rede de pedestres;
- Integrar a cidade formal com a cidade informal, através da adequação da legislação à realidade das localidades.
- Ampliar áreas públicas livres e de lazer além do centro.
- Requalificação de edificações e áreas históricas, destinando-as para o uso misto, inclusive habitação;
- Integração das atrações turísticas por percursos acessíveis com atrações intermediárias;
- O município deve implantar o Parque Municipal do Açu (ou outro nome que a sociedade desejar) no Km 13 da BR-495 (Rodovia Philuvio Cerqueira Rodrigues / Estrada Itaipava–Teresópolis), conforme proposta anexa;
- Implementação de um planejamento estratégico para os projetos.

## **Redução de Riscos**

### **Pontos fortes**

- Existência de Plano de Redução de Risco do Município;
- Defesa civil mobilizada

### **Oportunidades**

- Programas Internacionais, Federais e Estaduais de financiamento;
- Instrumentos Urbanísticos disponíveis ainda não utilizados na cidade;
- Universidades e outras Instituições de ensino são polo gerador e difusor de conhecimento e ideias.

### **Pontos fracos**

- Inexistência de Plano de Redução de Riscos para Enchentes;
- Ausência de Plano para o trânsito em caso de emergências;
- Áreas de Risco sem controle e/ou mitigação

### **Ameaças**

- Aumento de ocorrência de eventos climáticos extremos.
- Propostas
- Criar lei para armazenamento de água de chuva para as edificações;
- Criar rotas de fuga e reunião em caso de calamidade;
- Implementação de um planejamento estratégico para os projetos.

## **Mobilidade Urbana**

### **Pontos fortes**

- Revitalização recente de parte do Centro Histórico com alargamento das calçadas;
- Cultura de respeito às faixas de pedestres razoavelmente bem implementada;

### **Oportunidades**

- Recente reintegração de Petrópolis à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro;
- Crise de mobilidade pode gerar possível mobilização para a solução do problema;
- Novas tecnologias para mobilidade ativa, assistida e compartilhada;
- Utilização de drones e outras tecnologias para aliviar congestionamentos;
- Universidades e outras Instituições de ensino como polo gerador e difusor de conhecimento e ideias;

### **Pontos fracos**

- Pouca fiscalização;
- Poucas pontes para cruzamento dos rios;
- Trânsito constantemente congestionado;
- Ausência de ciclovias ou ciclofaixas;
- Inúmeras calçadas estreitas, malconservadas e sem rebaixo;
- Pouca fiscalização;
- Inexistência de rua exclusiva para pedestres;
- Transporte público caro, de baixa qualidade, inseguro, apenas modal de ônibus;
- Vias alternativas para escape não exploradas;
- Ponto de ônibus mal dimensionados;
- Vias estreitas, na maioria dos casos, sem possibilidade de alargamento;
- Poucas pontes para cruzamento dos rios;
- O Centro converge todo o trânsito da cidade;
- Alta ocorrência de acidentes e atropelamentos;
- Ausência de política para ordenamento de Carga e Descarga;

### **Ameaças**

- Aumento do número de veículos e motos na cidade;

### **Propostas**

- Requalificação da Serra da Estrela, acesso histórico à cidade;
- Utilização de sistemas multimodais em pequena escala;
- Criação de estacionamentos no entorno do Centro Histórico;
- Melhoria das calçadas e travessias;
- Ocupação de afastamentos frontais ???;
- Redução do número de vagas nas vias no Centro Histórico;
- Implantação de ciclovias e ciclofaixas;
- Implementação de um planejamento estratégico para os projetos.

## **Energia, Iluminação Pública, Telefonia e Dados**

### **Pontos fortes**

- Fiação subterrânea em um lado da Rua do Imperador.
- Oportunidades
- Crescimento do uso de energias renováveis;
- Avanço da microgeração energética;
- Universidades e outras Instituições de ensino como polo gerador e difusor de conhecimento e ideias;
- Projeto de Lei Federal que obriga aterrramento de cabos aéreos em áreas tombadas.

### **Pontos fracos**

- Fiação aérea predominante;
- Alta frequência de apagões;
- Uso massivo/excessivo de postes reduzindo espaço das calçadas;
- Iluminação insuficiente em algumas áreas;
- Priorização da iluminação das vias em detrimento das calçadas;
- Falta de manutenção e conservação;
- Design pobre das luminárias;

### **Ameaças**

- Visão de curto prazo dos gestores públicos.

### **Propostas**

- Implementação de um planejamento estratégico para os projetos.

## **Telefonia e Dados**

### **Pontos fortes**

- Diversidade de empresas disponíveis;

### **Oportunidades**

- Aumento da concorrência;
- Novas tecnologias.

### **Pontos fracos**

- Cabeamento aéreo;
- Baixa velocidade de conexão;
- Cabeamento desativado normalmente não é retirado.

### **Ameaças**

- Desestímulo ao desenvolvimento do município, por falta de quantidade/qualidade dos serviços.

### **Propostas**

- Implementação de um planejamento estratégico para os projetos.

## **GT02 – Saúde**

### **Sub-temas:**

- Saúde da Família
- Urgência e Emergência
- Terceira Idade
- Esporte e Lazer
- Saúde Mental

### **Participantes:**

Claudia Sies Kubala (Coordenadora), Renato Farjalla, Silvia Guédon

### **Diagnóstico Geral**

Entende-se como objetivos do município para o tema, implementar políticas assertivas de saúde, que sejam capazes de abranger desde a prevenção aos cuidados de alta complexidade, com a finalidade de trazer uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, e contando com a participação efetiva da sociedade civil.

Alguns dos pontos salientes do diagnóstico geral:

- De acordo com levantamento realizado pelo Conselho Federal de Medicina, Petrópolis se encontra no 31º lugar em investimento per capita com a saúde, considerando pesquisa realizada em 92 cidades do Estado do Rio de Janeiro. Em agosto deste ano, o município recebeu 2 carros, 13 compressores odontológicos, 4 cardioversores, 2 desfibriladores, 2 ultrassons, entre outros equipamentos, perfazendo o total de 4,8 milhões em investimento.
- De acordo com o Plano Municipal de Saúde (2018/2021), Petrópolis conta com 37 Unidades Básicas de Saúde (UBS) com Estratégia Saúde da Família, 08 Unidades Básicas de Saúde sem Estratégia de Saúde da Família e 02 Centros de Saúde, com instalações que se apresentam em bom estado de conservação e higiene.
- Percebe-se um aumento sensível das Doenças Crônicas Não Transmissíveis, devido ao crescimento da população de idosos. Segundo o último levantamento realizado pelo IBGE, em 2010, demonstra que 14,42% de sua população se encontra acima dos 60 anos.
- Os casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis vêm crescendo no município. O último levantamento realizado pelo Programa Municipal de Infecções Sexualmente Transmissíveis, em setembro de 2018, constatou que ocorreu um aumento de 50% dos casos de Sífilis em relação a 2017.
- Nos últimos anos, a Rede Pública de Saúde recebeu em torno de 44 mil pacientes que deixaram de lado o plano de saúde. Desta forma, passou a se exigir uma melhor estruturação para atender a esta demanda que segue em ritmo crescente.
- Nos últimos 10 anos, o município vislumbrou a perda de 127 leitos hospitalares, de acordo com a pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios, com base nos dados disponibilizados pelo DataSus. Em novembro de 2008, a cidade contava com 1.151 leitos, sendo que no mesmo período de 2018, passou a contar com 1.024.

### **Oportunidades**

- As poucas oportunidades que se vislumbram para o tema se referem a uma possível e incerta vinda de novos recursos para o setor, especialmente de emendas parlamentares.

### **Ameaças**

- O setor ainda se ressente da possibilidade de problemas recorrentes, advindos de decisões judiciais pendentes, que podem trazer transtornos para a operação do sistema, especialmente se surgirem ordens para pagamento de valores a pessoal, fornecedores, etc.

## **Saúde da Família**

### **Pontos fortes**

- O Município conta com 44 postos de saúde da família e ficou entre os 5 melhores classificados do estado em relação ao serviço de atenção básica de saúde. O título oferecido pelo PREFAPS - Programa Estadual de Financiamento da Atenção Primária à Saúde - resulta na liberação de investimento no valor de R\$500 mil, que, de acordo com a prefeitura, será destinado para melhorias da rede.
- A cidade ainda dispõe de 8 UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e 2 centros de saúde.

### **Pontos fracos**

- Coleta de resíduos sólidos insatisfatória, o que acaba por gerar ambientes insalubres em áreas de baixa renda, resultando em focos de diversas doenças.
- As UBSs não possuem estratégias ligadas à saúde da família.
- Dos 44 postos com Estratégia de Saúde da Família, 17 não oferecem profissionais ligados à saúde bucal.
- Número deficiente de projetos dedicados à prevenção da gravidez, DSTs, uso de álcool e drogas na adolescência.
- Número deficiente de programas destinados à saúde do homem.
- Retorno de doenças anteriormente erradicadas associada à deficiência das campanhas de conscientização e quantidade de vacinas oferecidas.
- Falta constante de medicamentos, o que acarretou em um grande número de processos judiciais que chegou ao valor de R\$ 5.462.860,28 em 2018.
- Falta ou deficiência de determinadas especializações médicas e odontológicas nas unidades básicas de saúde.
- Falta de qualificação dos profissionais de saúde e perda da mão de obra qualificada por baixa valorização da mesma.

### **Propostas**

- Prevenção de DST's: investimento em programas de conscientização, principalmente entre os adolescentes, levando em consideração que estas doenças também vêm sendo adquiridas durante a terceira idade. O programa incluirá temas relacionados à prevenção da gravidez e sequelas causadas pelo aborto.
- Priorização do funcionamento do Programa de Saúde da Família/PSF.
- Articulação de todas as secretarias do governo, para priorizar a educação em saúde como forma de aumentar a qualidade de vida.
- Possível introdução de programas de medicina alternativa, como forma de atender certas demandas e reduzir custos.
- Para a Secretaria de Saúde, dar continuidade à qualificação dos profissionais da rede SUS, em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e instituições de ensino da região.
- Estimular políticas de humanização do atendimento em saúde.
- Informatização das unidades da rede municipal de saúde através de um sistema único de informação.

## **Urgência e Emergência**

### **Pontos fracos**

- Superlotação das UPAs, com destaque para os casos de emergências pediátricas.
- Número insuficiente de leitos nas UTIs adulto e neonatal.
- Fechamento da unidade de urgência do Hospital Alcides Carneiro, causando impacto negativo em outros postos de atendimento.
- Falta de insumos e materiais vitais para a realização de cirurgias.

### **Propostas**

- Avaliação dos investimentos relacionados à estrutura hospitalar, buscando o direcionamento de verbas para ampliação do setor de UTI adulta e neonatal.
- Implantação e organização de um atendimento pré-hospitalar móvel, para receber chamados de urgência/emergência de todo o município.

## **Terceira Idade**

### **Pontos fracos**

- Petrópolis possui um grande percentual de idosos em comparação a outros municípios do estado do Rio de Janeiro, o que gera um aumento de gastos com o tratamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis.
- Há pouco investimento em programas destinados à prevenção e controle de fatores de risco para as DCNT, como sobrepeso, obesidade, tabagismo, inatividade física, estresse e alimentação inadequada.

### **Propostas**

- Promover programas de conscientização, com a finalidade de diminuir alguns fatores de risco como a inatividade física, tabagismo, alimentação inadequada, obesidade, entre outros. Desta forma, é possível prevenir agravos e manter melhor controle do quadro clínico dos pacientes.

## **Espor te e Lazer**

### **Pontos fracos**

- Falta de investimento em quadras e espaços recreativos, principalmente, nas regiões de baixa renda.
- Número deficiente de Academias da Saúde. Atualmente, o Município conta com apenas 4 unidades: Itaipava, Cremerie, Castelo São Manoel e Vale do Carangola.

### **Propostas**

- Buscar a criação de espaços públicos que possam ter utilidade como centros de lazer e esporte, especialmente através da estruturação dos mesmos para usos múltiplos, como em parques, praças e escolas.

## **Saúde Mental**

### **Propostas**

- Oferecer atenção psicossocial para dependentes de álcool e drogas, semelhante ao antigo CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas).
- Buscar a desinternação de pacientes psiquiátricos, de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde.

## GT03 – Educação

### Sub-temas:

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Educação Ambiental
- Educação e Defesa Civil

### Participantes:

Luis Carlos Dias de Oliveira (Coordenador)

### Ensino Fundamental

#### Propostas

- Buscar estabelecer Petrópolis como município de referência no ensino médio, objetivando elevado desempenho nos índices nacionais.
- Estabelecer metas de percentual de seus alunos em escolas de tempo integral. Metas ambiciosas, mas factíveis poderiam ser: 25% em cinco anos, 50% em 10 anos e 75% em 15 anos.

### Outras Considerações

Texto apresentado por Roberto Rocha Passos, para reflexão e possível consideração para o tema do GT03, repassado de Victor Sarfatis Metta, Mestre em Direito e assessor especial do Ministro da Educação (Abraham Weintraub):

*“Weintraub e o novo Ministério da Educação - As Propostas do Governo*

Ninguém duvida que a Educação deva ser prioridade, mas a maioria desconhece os reais problemas do nosso sistema de ensino e as quais são as principais propostas do governo para enfrentá-los. Durante 20 anos o foco foi a ampliação de vagas. Mas enquanto as matrículas aumentavam, a qualidade dos cursos caía. Emburrecemos. Nossos alunos acabaram em último lugar entre os países da América do Sul no exame escolar internacional Pisa. E a situação não é muito diferente em relação ao resto do mundo. Nossos alunos leem pouco e 80% das pesquisas produzidas pelas nossas universidades tem o arquivo como destino, quando deveriam estar servindo à sociedade. Mudamos o foco. Sem descuidar do ensino superior, passamos a olhar com mais cuidado para as demandas do público mais jovem. As soluções propostas:

- Mais vagas em creches. Concluiremos obras inacabadas e lançaremos o vale-creche (voucher). É simples: as mães trabalhadoras contratam a creche e o governo paga. Elas podem trabalhar tranquilas, sabendo que seus filhos serão bem cuidados.
- Foco no ensino básico. Escolas em tempo integral e colégios cívico-militares são experiências bem-sucedidas. Pela Constituição, estas escolas são geridas pelos municípios, muitos deles sem estrutura ou recursos suficientes. Para investir mais nos alunos, aumentaremos a fatia do governo federal no Fundeb, complementando os investimentos no ensino básico, e incentivaremos a adoção das melhores práticas educacionais nas escolas.
- Métodos de alfabetização ruins. A maior parte deles não têm base científica e os resultados são péssimos. Lançamos a Política Nacional de Alfabetização baseada em métodos científicos.
- Falta hábito de leitura. O MEC lançará projetos incentivando o hábito de leitura entre pais e filhos na fase pré-escolar. A fase em que a criança precisa de mais estímulo é até os 5 anos de idade e a nada como a família para fazer isso.
- Chega de doutrinação. É direito do aluno “Ter um ensino ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão, a tolerância de opiniões e o acesso, em sala de aula, às diversas versões, teorias e perspectivas sociais, culturais, econômicas e históricas”. Esta é a essência do Programa Escola de Todos.
- Valorizar o ensino técnico. Valorizamos e reorganizamos o ensino técnico, resgatado do desastre do Pronatec, programa lançado às pressas no governo Dilma. O Pronatec consumiu muito dinheiro, mas acabou abandonado após 2 anos, em 2015 sem contribuir para a inserção dos alunos no mercado de

## **PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)**

### ***“Construindo a Petrópolis que Queremos”***

trabalho. Quem quer seguir uma carreira técnica tem dificuldades, porque uma rede de exigência legais e até culturais prejudica quem não possui diploma universitário. Isso vai mudar.

- Mais dinheiro para as universidades públicas. Nossa ensino universitário tem baixo custo-benefício. Cada uma das 63 universidades federais custa ao contribuinte cerca de R\$ 1 bilhão por ano. Mais de 85% de suas receitas são para pagar salários. Dos 300 mil funcionários do MEC, 100 mil foram contratados nos últimos anos do governo Dilma. O Programa Future-se trará investimentos privados para as universidades, que terão menos dependência dos recursos públicos e podem ser mais eficientes rentabilizando seus projetos, patentes e patrimônio, como fazem as melhores escolas do mundo.

Resumi os principais pontos. Está claro que a meta da atual gestão é investir mais no ensino básico - quando ele é mais eficaz - valorizar o mérito e o papel das famílias na Educação, além de criar bons instrumentos de gestão de resultados. Esses são os valores do Ministro Weintraub, que tem um time gestores públicos competentes e capaz de cumprir sua missão sem desperdiçar dinheiro com propaganda ideológica e cabides de emprego. Lutamos para concretizar essas mudanças.”

## **GT04 - Desenvolvimento Econômico**

### **Organização dos subtemas pelo GT04**

Os subtemas propostos para o GT05 foram estabelecidos na metodologia que o IPGPar apresentou no início do ano. Todavia, o GT04 focou nos aspectos que mais se destacaram como áreas fundamentais para a economia da região, sendo os subtemas automaticamente contemplados pela solução maior: Fundamental ressaltar que este estudo não aprofunda suas observações e as propostas que recomenda, pois o assunto requer mais tempo e dedicação, além do escopo do PEP20.

- I - Imagem
- II - Vocações econômicas
- III - Geração de empregos e renda
- IV - Ensino médio e profissionalizante
- V - Pesquisa e Desenvolvimento

### **Participantes:**

Sergio Guarino (Coordenador), Gastão Reis, Marcelo Soares, Marcio Campos, Marcio Fernandes, Silvia Guédon, Roberto Rocha Passos, Cleveland M. Jones, Helio Altenfelder Werneck de Carvalho

### **Entrevistados:**

Samir el Ghaoui, Presidente do Petrópolis Convention & Visitors Bureau.

### **Release do GT04**

O GT04 focou seu trabalho no Desenvolvimento Econômico da cidade de Petrópolis. Neste sentido, a visão política se tornou o centro do nosso estudo, não só pela dependência do lado econômico, permanentemente atrelado às decisões políticas, mas também pela observância, ou não, das diretrizes políticas traçadas ao longo de diversos governos.

Decisões políticas, por vezes desastrosas, levam governos a comprometer o bom desempenho da economia, principalmente no âmbito Municipal.

Não nos cabe aqui avaliar decisões tomadas e praticadas, como acertadas ou não. Assim como não nos cabe avaliar governos e políticos. Nossa avaliação é de cunho técnico, e puramente técnica, cabendo aos políticos avaliar a sua aplicabilidade conforme os interesses da população e das suas respectivas demandas.

Petrópolis, como o Estado do Rio de Janeiro em seu todo, vem, há dezenas de anos, sofrendo com a acentuada redução dos investimentos públicos e das diversas políticas econômicas desencontradas, tanto por parte do governo Estadual como do Federal.

O esvaziamento provocado por esta política levou, nos últimos anos, à redução dos investimentos privados, que se fez notar com a fuga de empresas de pequeno, médio e grande porte, gerando desemprego e uma saída significativa de mão de obra qualificada, que se deslocou para os grandes centros e para outros estados.

Nossas pesquisas se basearam em relatórios técnicos elaborados pela FIRJAN, pela Prefeitura e principalmente nas reuniões com empresários com quem convivemos em função das atividades profissionais dos integrantes deste grupo.

Estes empresários confirmam e se ressentem do desinvestimento estatal na infraestrutura e da carga tributária, como fatores determinantes das dificuldades financeiras das empresas locais, principalmente nos últimos anos, quando a recessão, no plano nacional, se aprofundou.

A qualidade das vias de acesso, das comunicações e o lento trânsito urbano contribuíram em muito para agravar a recuperação econômica de curto prazo, dando uma clara visão de certo isolamento de nossa região, que vem perdendo substância econômico-financeira.

O contato e as reuniões com os demais GTs nos demonstraram, de igual forma, as dificuldades e a precariedade dos serviços que o município proporciona à população.

Desta forma, o nosso trabalho teve como base e principal foco a avaliação das necessidades que o sistema produtivo demanda para retomar o crescimento e, em segundo lugar, mas nem assim como segunda prioridade, a fundamental mudança de postura do poder público quanto à definição clara e, sobretudo, ao comprometimento nos Investimentos facilitadores da produção e nos controles rigorosos dos custos da Administração Pública.

Partimos do princípio básico de que a geração de recursos para a Administração Pública de Petrópolis provém basicamente dos impostos e taxas recolhidos das empresas e dos proprietários de imóveis (ISS e IPTU), sendo estes impostos os de retorno direto para o caixa da administração pública.

Todavia, o que se observa, ao longo dos anos, é a concessão direta ou indireta de incentivos fiscais e/ou de não cobrança das taxas para determinados setores produtivos e/ou sociais, ocasionando um déficit nem sempre proporcional ao benefício concedido, mas com resultados positivos em certos setores e regiões-alvo.

Um município progressista e produtivo necessita da contribuição de cada um dos seus habitantes, que necessariamente devem arcar com o lado financeiro necessário.

Também foi observado que na visão de muitos empresários e analistas, o turismo é o caminho mais curto, direto e barato para alavancar os negócios no município. Para o turismo, a marca Petrópolis é importante, e sempre foi forte, apesar das deficiências do município no que tange lixo, limpeza, segurança, trânsito (especialmente em Itaipava), etc.

Infelizmente, Petrópolis nem se vende como destino turístico em grandes eventos e feiras fora da cidade. Petrópolis também tem um foco muito restrito a poucas atrações, especialmente focadas no Centro Histórico, como visitação a museus ou cervejarias.

A questão de se ter um calendário de eventos em Petrópolis que apoie diversos setores sem sobrepor eventos e causar congestionamento de datas é entendida como sendo primordial. A integração dos calendários de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo aponta para uma possível solução para os problemas enfrentados pelo setor em Petrópolis, assim como nos outros municípios.

Por outro lado, os empresários, especialmente do setor de turismo, sentem que suas demandas levadas à PMP não são adequadamente atendidas ou respondidas. Há divergência de interesses, pois a PMP tem objetivos específicos para eventos populares.

Também existe uma divergência no discurso do setor privado e público, quando, por exemplo, a PMP tem um discurso que alega que os hotéis em Petrópolis comumente vivem com 100% de lotação, quando os empresários do setor explicam que a taxa média de ocupação é mais próxima de 34-42% (no mês).

Os próprios números da PMP de 2 milhões de visitantes (turistas) em Petrópolis em 2018, não são vistos pelos empresários do setor de turismo como dados qualificados, e não representam ganhos para Petrópolis, como poderia ser. Só o Museu Imperial representa 500 mil desses visitantes, com pouco gasto no município.

Quanto aos grandes eventos realizados no Parque de Itaipava, a maioria não favorece o setor de turismo no município, dadas as consequências negativas, como ameaças à segurança, sofridas pelo setor de turismo (custos adicionais com segurança particular, etc.). Está claro que um tipo diferente de eventos pode favorecer muito mais o setor de turismo, como congressos de negócios, que geram ocupação durante a semana, não só nos finais de semana.

Fundamentalmente, Petrópolis precisa pensar sua gestão de eventos e seu calendário através de uma integração entre mobilidade, infraestrutura de eventos e calendário adequado.

## **Panorama geral de Petrópolis**

O Município de Petrópolis está localizado dentro da região considerada como o Grande Rio, recebendo os benefícios e sofrendo com as mazelas deste grande centro urbano. Gozando de uma imagem de cidade segura, de clima ameno, de custo de vida menor que muitos bairros da cidade do Rio de Janeiro, ela atrai investidores voltados para a área turística.

O setor turístico, contribuindo com cerca de 5% do PIB municipal, o dobro do que ocorre com o percentual nacional, desponta assim como fator de peso para o desenvolvimento da região. Todavia, a degradação da infraestrutura física da cidade é um dos fatores que, ao longo dos anos, vem contribuindo para seu menor aproveitamento turístico. Em especial, ao se comparar seu aproveitamento com o das cidades semelhantes que tem neste segmento o seu sucesso econômico, como Gramado (RS) e Campos do Jordão (SP).

Atualmente, os distritos são grandes geradores de serviços e recolhimento de impostos e taxas, com um ponto positivo fundamental, o de não gerar ocupação desordenada e intensiva do solo.

Quanto ao desenvolvimento econômico proveniente das atividades industriais, ponto altamente positivo no século passado, e até meados dos anos 2000, quando a diversificação de suas atividades declinou de forma preocupante, em especial nessa última década, este segmento também sofreu.

Independentemente dos problemas enfrentados pela economia nacional e principalmente pela falência do governo estadual, notamos na nossa região uma situação extremamente difícil, pela falta de ações objetivas para sua recuperação e crescimento

## **Vocações Econômicas**

### **Diagnóstico Geral**

O plano estratégico de uma cidade requer o trabalho em várias frentes, chegando, senão a um consenso, a um norte em que os atores cedem aos seus objetivos e premissas para termos uma cidade dentro da realidade orçamentária, que possa comportar um crescimento e desenvolvimento sustentável.

Dentre as metas a serem alcançadas, há aquelas de curto prazo, no qual deveremos buscar os resultados, para alavancar as demais. Assim, iniciamos esse projeto com o foco no segmento de Turismo, onde a cidade abarca condições de fortalecer suas metas fiscais imediatas.

A consolidação do segmento, em muito contribuirá com o poder público para a solução de problemas como o da mobilidade, pois a integração e a conscientização da importância de bem atender ao turista obriga a dinamização do uso do espaço urbano em pró da coletividade.

Dados do CAGED informam que aproximadamente 10.300 petropolitanos, de algum modo, trabalham para esse segmento, seja em bares, restaurantes, hotéis e pousadas, com mais de 3.000 estabelecimentos em funcionamento. Esses números tendem a aumentar, pois ainda é baixo em relação ao total de empregos da cidade (16% do total).

Números do orçamento de 2018 para o segmento: a ação funcional Turismo (23) teve gastos de R\$2,850 milhões; a ação funcional Cultura (13), R\$4,519 milhões. O total das despesas funcionais foi de R\$312,906 milhões.

A Receita Patrimonial que abrange os eventos municipais arrecadou R\$2,931 milhões, o que frustrou as expectativas em R\$1,837 milhões. Para exploração do espaço em eventos festivos, a arrecadação foi de R\$1,523 milhão, abaixo do previsto em R\$462 mil (classificação contábil 1.3.1 – p.07).

O patrimônio histórico e cultural de Petrópolis, por si só, atrai turistas e estudiosos do Brasil e do exterior em grande quantidade. A Biblioteca do Museu Imperial é referência mundial em documentação e estudos sobre nosso século XIX.

Atualmente o programa turístico da cidade oferece os circuitos: históricos, ecológicos, cervejeiros e religiosos. A esses, deve se adequar uma agenda cultural variada, de maneira que agregue valor aos circuitos, integrando bem-estar aos visitantes e à população.

A pretensão acima não é subjuguar um segmento em detrimento ao outro. Pelo contrário, busca-se agregar valor naquilo que, atualmente, temos mais chance no curto prazo em expandir a entrada de recursos diretos e indiretos e os consequentes investimentos pulverizados na economia da cidade.

O recheio no calendário de eventos do município requer trabalho, integração e disposição dos atores em contatar empresas patrocinadoras de eventos e empresários que organizam os empreendimentos de interesse.

Foi considerado que a presença e funcionamento do Parque de Alta Tecnologia, cujo faturamento já ultrapassa a casa dos R\$600 milhões anuais, e em especial a estrutura do LNCC, permitiria que Petrópolis tire pleno proveito não somente de sua infraestrutura computacional, como do potencial humano disponível.

Foram destacados aspectos que causam prejuízo paisagístico para o turismo e negócios, e um elevado custo de manutenção da infraestrutura física para o município, em especial a degradação ambiental (invasões, etc.) e seus consequentes problemas (alagamentos, desabamentos, etc.). Parte considerável das ocupações ocorre com a convivência das autoridades municipais ou com a simples inobservância das leis que determinam o correto uso do solo e sua ocupação, e isso gera a não cobrança de taxas municipais e gravam o erário da cidade com as despesas de manutenção, correção e prevenção de acidentes e suas consequências. As possíveis soluções para tal situação, apesar de serem relativamente bem conhecidas (controle e gestão de riscos, etc.), representam uma política austera de eliminação destes problemas, mas de adoção incerta, pois é de baixo interesse político, como evidenciado pelo fato que essa situação perdura há décadas em Petrópolis, sem solução eficaz e definitiva até os dias de hoje.

### **Pontos fortes**

- Vocação natural para as atividades voltadas para o turismo, por conta de suas qualidades naturais e de seus elementos antrópicos, incluindo aspectos da natureza, culturais, históricos, de recursos humanos e de infraestrutura existentes.
- A cidade possui estrutura hoteleira, gastronômica, comércio, e sua posição privilegiada na natureza e na história do Brasil, fazem com que a promoção desse produto atenda às mais variadas exigências em todas as classes sociais
- Empresas industriais com tecnologia própria, como a GE Celma, empresa de fabricação e manutenção de turbinas e de equipamentos aeronáuticos na área de aviação, e a Carl Zeiss, na indústria de lentes para óculos.
- Presença do LNCC, um centro que concentra centenas de técnicos de altíssimo nível nacional na área de pesquisa.
- Diversificação de áreas Empresariais, gera renda e empregos, e faz de Petrópolis um excelente centro empresarial, com múltiplas alternativas de investimentos.
- Polo Cervejeiro, com três fábricas de grande porte e dezenas de cervejarias artesanais.
- Polo de Moda Feminina com três centros de vendas: Rua Teresa, Bingen e Itaipava.
- Polo Gastronômico com dezenas de restaurantes, que inclui culinária sofisticada.
- Centro de reparos automobilísticos com centenas de oficinas de restauração de veículos.
- Hotelaria com dezenas de hotéis, pousadas e *hostels*.
- Grande potencial humano inaproveitado. Este potencial é percebido, porém não utilizado para agregar valor sócio- econômico e cultural, principalmente por não haver uma programação que possa motivar os detentores dessas expertises a serem aproveitadas em benefício de todos.
- Petrópolis, e notadamente Itaipava, são reconhecidos centros de aposentados de altíssima competência nas áreas empresarial, cultural, artística e técnica, com dezenas de indivíduos de notória capacidade de trabalho, até mesmo em nível internacional, o que coloca a região como um “celeiro” de mão de obra qualificada sofisticada pouco comum em muitas outras regiões do País.
- Reconhecido Centro Turístico. Como cidade histórica, tem em sua sede o Museu Imperial, assim como palácios e residências de notáveis, com placas explicativas de quem foram, atraindo dezenas de milhares de turistas todo ano.
- A região, pelo seu clima, atrai principalmente turistas que buscam o frio e, no verão, a fuga do clima quente da região litorânea. As florestas e o campo atraem o turismo de exploração e de lazer.
- O conjunto dos pontos acima atraiu e continua atraindo milhares de investidores que constroem suas casas de veraneio e empregam milhares de pessoas, tanto na manutenção destes imóveis quanto na geração de serviços básicos de apoio.
- Considerável arrecadação de impostos próprios (ISS, IPTU). O município tem na sua base de arrecadação fiscal um grande percentual de impostos municipais, que permanecem na cidade independente da administração do estado ou da federação, ainda que se ressinta das dificuldades e delongas de receber as transferências das instâncias superiores de governo a tempo e a hora.

## **Oportunidades**

- Possibilidade de alavancar as atividades do setor do turismo com pouco investimento.
- O setor de turismo pode responder rapidamente às medidas de estímulo dessas atividades.
- O aspecto de geração de impostos de origem e destinação municipal permitiria uma gradual diversificação nas receitas da cidade.
- Empresas de porte médio, atualmente com elevados custos de instalação e de manutenção de seus funcionários, pressionados pelo elevado custo de vida do Rio de Janeiro, demandam opções de redução de custos para se manter viáveis. Devido à proximidade com grandes centros, como o Rio de Janeiro, Petrópolis, incluindo seus distritos, pode oferecer imóveis residenciais a custos atraentes, além de grande quantidade de imóveis empresariais vagos e de baixo custo, em várias partes da cidade.
- Um programa de ocupação destes espaços empresariais, com a criação de escritórios multifuncionais e/ou polo de concentração de empresas de serviços, poderia gerar para a região um novo Polo de Negócios.
- O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro está mais próximo de Petrópolis do que da Zona Oeste do Rio de Janeiro, local para onde as empresas cariocas estão se mudando. Um programa de atração de empresas/indústrias voltadas para baixa utilização de espaço físico se destaca como possível benefício para o emprego e renda para os metropolitanos.
- O turismo empresarial pode se beneficiar desta proximidade, em função da disponibilidade da rede hoteleira da cidade, que cresceu muito nos últimos anos.
- Duque de Caxias e a REDUC estão mais próximos de Petrópolis do que do Centro do Rio de Janeiro, e este fato, aliado ao Polo Petroquímico da baixada, são oportunidades que poderiam e deveriam obrigatoriamente ser trabalhadas.
- Há um grande potencial na área tecnológica, em Petrópolis. O aproveitamento da estrutura do LNCC poderia permitir ampliar o parque de alta tecnologia.
- A criação de apoio para a expansão de pequenas empresas de alta tecnologia, já em número significativo, permitiria a geração de empregos bem remunerados, fugindo da sinal de apenas gerar empregos de baixa qualificação, que penalizou o país nas últimas décadas.
- Ainda há grande potencial para crescimento na área turística, em Petrópolis. Uma possível estratégia para alavancar o setor seria um programa específico de investimentos pelos próprios empresários do setor, para impulsionar a divulgação da programação turística e de eventos, em nível regional e anual. Este potencial é considerado suficientemente certo, e também foi incluído como uma proposta para o setor.
- Outras possibilidades de alavancar atividades econômicas no município envolvem o reaparelhamento e renovação da estrutura física atual.
- O treinamento de planejamento e qualidade de atendimento para todo o complexo turístico também poderia melhorar o acolhimento de turistas e visitantes em um padrão cinco estrelas, melhorando o que poderia melhorar o desempenho do setor.
- Também foi proposto o possível aproveitamento de prédios de antigas indústrias para servir como centro de convenções, item importantíssimo para a captação de eventos empresariais. Devido à complexidade dessa possibilidade, ela é entendida como oportunidade, antes que possa se transformar em proposta.
- Nota-se que o turismo praticado em Petrópolis ainda está muito aquém daquele praticado nos polos turísticos do exterior e nas cidades serranas do Sul do Brasil e de São Paulo. Quando essa diferença puder ser reduzida, o setor poderá apresentar desempenho muito superior.

## **Pontos fracos**

- Falta de investimentos privados pela pesada asfixia tributária e pelas taxas de juros extorsivas sobre a atividade empresarial. Os empresários locais, principalmente os das pequenas e médias empresas, não investem, como poderiam, em modernização, em tecnologias, em marketing e na gestão dos seus negócios, em boa medida pelo estrangulamento financeiro e tributário (indireto) a que estão submetidos.
- Os empresários tampouco se sentem estimulados pelo poder público na formatação de uma política de investimentos e de gestão de recursos para tal fim, devido a uma falta de política governamental de médio e longo prazos.
- Há poucos investimentos estatais.

## PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)

### *“Construindo a Petrópolis que Queremos”*

- Nota-se a falta de uma política de relacionamento Empresa/Estado mais vigorosa, principalmente na elaboração de um Plano de Investimento baseado em cases de sucesso, encontrados em outros locais que possuem perfil semelhante.
- Os empresários não conseguem vislumbrar uma perspectiva de desenvolvimento orientada pelo poder Público.
- Infraestrutura deficiente: internet, telefonia, logística. Todo meio de comunicação da região está defasado tecnologicamente, com grandes cones de silêncio e de pura inexistência de conexão.
- A logística de transporte da cidade é precária, e a concentração no centro do município dos serviços públicos básicos cria diariamente situações de pura paralisação.
- O transporte de pessoas, serviços e produtos está com sua capacidade esgotada, tanto nas horas de maior demanda, como nos casos de chuvas, que são comuns e de grande intensidade na região.
- A topografia da cidade impede a construção econômica de empresas que demandam grandes áreas e que, por consequência, geram grande número de oportunidades de trabalho.
- A cidade, apesar de sua topografia, praticamente totalmente entre morros, montanhas e rios, não possui no seu espaço urbano túneis, viadutos e um sistema de transporte rápido.
- Convivemos com uma situação que impossibilita soluções de custo de investimento passíveis de serem bancadas pelo município, mas que nem por isso podem ser postergadas indefinidamente.
- Acesso rodoviário degradado. O acesso rodoviário à capital do estado, situado a somente 60 km, tem no seu trecho serrano de 20 km o seu ponto crítico, com pavimento em péssimo estado, ocasionando zonas de constantes paralisações na subida da serra, que chegam à interrupção total por horas a fio. Estes problemas encarecem o transporte entre as cidades, causando prejuízos em toda a cadeia produtiva.
- O acesso rodoviário interno também está comprometendo seriamente o funcionamento da cidade, principalmente entre o Centro e os distritos, cujo tempo de deslocamento chegou mesmo a dobrar nas últimas duas décadas, especialmente na Estrada União Indústria, um dos trechos mais críticos.
- As invasões nas margens das ruas, principalmente no leito da antiga estrada de ferro, praticamente bloquearam a via alternativa à União Industria.
- A BR 040, que poderia ser uma excelente estrada de contorno do Centro da cidade, não tem acessos operacionalmente viáveis às vias internas, sendo todos eles totalmente degradados e com mais de 60 anos sem remodelação ou melhorias.
- A carência de oportunidades de emprego técnico gera poucas oportunidades de trabalho para uma grande parcela da população que tem curso superior, ressalvando-se casos como medicina, em que a cidade produz mais médicos do que sua demanda necessita.
- A falta de oportunidades de trabalho técnico acaba direcionando os que têm essa capacitação para um trabalho de menor valor agregado. Esta situação se desdobra para as faixas de maior conhecimento, em uma reação em cadeia.
- Quando o governo cria incentivos fiscais para a área de construção civil, somente a população de baixa renda é atendida por este segmento, e apenas por um limitadíssimo espaço de tempo, voltando, posteriormente, a engordar a taxa de emprego.

### **Ameaças**

- É preocupante a gigantesca dependência dos impostos recolhidos pelas empresas de transporte urbano, um setor da economia que detém o poder de impactar de forma substancial o custo social. Desta forma a pressão fiscal em cima deste setor cria uma situação de permanente questionamento por todos os atores deste cenário. O governo necessita arrecadar, os empresários necessitam uma remuneração justa, o contribuinte necessita melhores serviços, e esta equação dificilmente é resolvida de forma satisfatória para todos os atores.
- Se nada for feito, continuará havendo queda gradual da receita fiscal. A falta de uma política de eficácia na definição, na taxação e na cobrança dos tributos municipais, para contornar subterfúgios legais que não permitem cobrar IPTU em determinados casos (casas sem acabamento “protegidas” por tijolos aparentes, etc.), representa um risco fiscal para o município.
- A ineficiência da política fiscal atual não permite sequer avaliar o potencial real dos tributos não cobrados, além da falta de tecnologia e da sua aplicação. Representa um risco fiscal para o município.

- É imperativo, porém incerto, o investimento em tecnologia de digitalização e outras, para tornar a administração municipal mais eficiente. Mais investimento nessa área significa menos custos para o contribuinte. Enquanto o município não enfrentar a redução do custo da estrutura da administração municipal, o município sofrerá problemas fiscais e financeiros.
- É questionável a concessão de benefícios fiscais, abrindo mão de tributos e taxas municipais, para empresas de baixa geração de empregos, em bases permanentes e sem transparência,
- A degradação ambiental (invasões, etc.) e seus consequentes problemas (alagamentos, desabamentos, etc.) causam prejuízo paisagístico para o turismo e negócios, e um elevado custo de manutenção da infraestrutura física para o município. Para a redução do custo do município, uma política austera de eliminação destes riscos é fundamental, mas incerta, pois é de baixo interesse político, como evidenciado pelo fato que essa situação perdura há décadas em Petrópolis, sem solução eficaz e definitiva até os dias de hoje.
- As políticas públicas são geralmente limitadas a posições políticas. A definição clara do poder executivo quanto à postura econômico-financeira do município é fundamental para o sucesso de um plano de desenvolvimento. Entretanto, as concessões tiram do município sua fonte de recursos mais certa, que são os tributos municipais.
- Os incentivos fiscais para a geração de empregos temporários deve ser, sempre que possível, evitada, entretanto, parece ser a regra. Cria-se uma expectativa de solução quando, na verdade, atrai mão de obra desqualificada, que não será aproveitada pouco depois, gerando um problema social na maior parte do ano, ou mesmo permanente.

### **Propostas**

As propostas para este tema buscam alavancar segmentos tradicionalmente atuantes no município, ou que estão em ascensão. Também busca minimizar as perdas, tão comuns atualmente, por condições precárias dos seus ativos que geram emprego e renda.

O foco principal das propostas sobre as vocações econômicas do município é o setor do turismo. Boa parte das propostas busca alavancar as atividades econômicas do setor de turismo.

Consideramos como fundamental para o planejamento estratégico de Petrópolis os seguintes pontos que permitirão o início de uma recuperação econômico financeira para o município:

Entretanto, por mais que muitas recomendações possam ser realizadas independentemente, fica claro neste documento que é responsabilidade preponderante dos poderes municipais a reestruturação econômica de Petrópolis.

- Cadastramento de todos os imóveis do município, com as áreas de construção atualizadas, objetivando uma justa cobrança do IPTU. Numa observação rápida e superficial, acreditamos que se possa arrecadar algo como 30% a mais de IPTU e de taxas de construção, com essa medida.
- Cadastramento de todas as áreas ilegalmente ocupadas e a restituição das mesmas ao município. A taxação de IPTU e ou retomada de posse poderia gerar um retorno fiscal de algo como 10% do total do orçamento para o município.
- Cadastramento de todas as empresas e pessoas físicas prestadoras de serviço e contribuintes do ISS, objetivando uma tributação justa. Acreditamos numa evasão fiscal de aproximadamente 30% do arrecadado atualmente.
- Avaliação dos serviços e investimentos urbanos de responsabilidade privada e que são atualmente realizados pelo município. Redução de custos municipais de limpeza urbana e trato de vias.
- Eliminação de incentivos fiscais municipais para setores de baixa taxa de retorno para o município. A construção civil já conta com incentivos federais.
- Avaliação dos custos administrativos em relação à sua contribuição para a população.
- Promover um estudo estratégico para 20 anos (Petrópolis 2040) com atuação em todos os segmentos da economia e da vida da cidade, objetivando a qualidade de vida, sendo revista anualmente, com objetivos, planos de ação e metas claras. (Esta proposta, em termos gerais, também consta das recomendações de diversos outros GTs. É reconhecida como sendo a síntese do trabalho do IPGPar na elaboração do PEP20, pois o intuito é demonstrar a importância, a viabilidade e os benefícios de um planejamento estratégico permanente, de longo prazo, no município).

## PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)

### ***“Construindo a Petrópolis que Queremos”***

- Revisão dos compromissos dos poderes legislativo e executivo municipais, em relação a cada um dos segmentos econômicos e sociais, estabelecendo compromissos firmes com cada um dos seus componentes, e com prestação de contas mensais.
- Declaração das vocações econômicas do município - As vocações econômicas do município devem ser reconhecidas oficialmente, como forma de fornecer direção e estimular projetos nessas áreas. As atividades inicialmente elencadas devem priorizar o setor de turismo, gastronomia, e produção de orgânicos e atividades do agronegócio sustentável e de maior valor agregado, como orquídarios, produção de cogumelos, escargots e outros, e o setor de TIC (tecnologia da Informação e Comunicação).
- Calendário de eventos do município - A PMP, através de seus órgãos executivos, deve produzir um calendário de eventos do município, e apresentar o mesmo em uma audiência pública em que os diversos setores possam contribuir com propostas de inclusão ou alteração de eventos e datas.
- Em meio ao calendário turístico concorrido (carnaval, feriados nacionais, etc.), o segmento deve explorar os períodos de pouca demanda, com propaganda em nichos específicos, que movimentem seus produtos e alavanquem o comércio local.
- Outra sugestão é promover o destino Petrópolis em grandes cidades e nos estados que tenham seus feriados sem a coincidência dos nacionais. Como exemplo, apesar de ser em janeiro, Rio de Janeiro e São Paulo (capital) têm feriados em homenagem aos seus padroeiros; o estado de São Paulo tem feriado em julho; Belo Horizonte tem feriado em agosto, e outras cidades também têm seus feriados e podem ser atraídas a visitar as belezas de nossa cidade.
- Algumas datas potencializam mais um segmento em detrimento de outros; como os dias das mães. Portanto, aproveitar datas ainda tímidas de comemorações, como as que homenageiam profissões e temas de impacto social (dia do meio ambiente, etc.), também pode ser um meio para atrair visitantes.
- Outro segmento que tem o seu valor reconhecido é o da Moda. A Rua Tereza e os confeccionistas resistem à concorrência e as dificuldades inerentes ao crescimento da cidade. Porém, a interação do segmento Moda com o de Turismo deve buscar espaços no calendário para a promoção de seus lançamentos, conforme as estações do ano.
- Os meses de abril/maio e agosto/setembro são bem interessantes para esses eventos, tomando o cuidado sempre de não coincidir com as grandes feiras que ocorrem no Brasil nesses períodos.
- Devem complementar o calendário do ano eventos como congressos, seminários, exposições, encontros temáticos e esportes (mountain bike, corrida, etc.).
- Uma possível estratégia para alavancar o setor de turismo seria um programa específico de investimentos pelos próprios empresários do setor, para impulsionar a divulgação da programação turística e de eventos, em nível regional e anual, sem aguardar a benesse de investimentos oficiais.
- No turismo, propostas concretas, como alternativas para a visitação das atrações turísticas já existentes, poderiam alavancar essa atividade. Entre as sugestões propostas está uma “jardineira” para passeios no Centro e entre as cervejarias, podendo vender passaportes de 24h.
- Outras propostas concretas envolvem a evidente necessidade no município de um centro de convenções, como o proposto para a Feirinha de Itaipava, que ajudaria a alavancar eventos corporativos e outros, com resultados melhores para o setor de turismo.
- Projetos específicos de mobilidade urbana também ajudariam o setor de turismo: Melhorias na BR-040; ligação Bingen-Quitandinha; e melhorias na Estrada União Indústria.
- O congestionamento naturalmente resulta em diárias e outros serviços com preços inflados, o que prejudica a imagem do município no longo prazo. Uma experiência bem-sucedida para amenizar o problema poderia ser a integração dos calendários de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.
- Para qualificar os dados sobre os visitantes em Petrópolis, e embasar melhor políticas voltadas para o turismo, deveria ser realizada uma pesquisa de demanda, possivelmente via projeto conjunto com instituições de ensino superior (IESs) de Petrópolis, como Cefet, UFF, etc.
- Para mitigar os problemas logísticos de transporte de pessoas no município, um monotrilho, ou alternativa sobre os rios, ligando o Centro aos distritos, merece um estudo técnico acurado como possível solução para desafogar o trânsito
- Quanto à gestão do acervo e infraestrutura turística no município, propõe-se que as atrações turísticas do município, sejam elas públicas ou particulares, que estejam em

más condições ou necessitem de manutenção, obras ou outros investimentos, ameaçam as atividades de turismo no município e a geração de emprego e renda, assim que constatadas, sejam levadas ao conhecimento da administração pública (por qualquer indivíduo ou entidade), que deverá imediatamente dar publicidade ao fato, para que os órgãos responsáveis possam dar prosseguimento aos investimentos, inclusive sob demanda judicial. Aqueles órgãos responsáveis que comprovadamente não puderem realizar os investimentos necessários, poderão receber propostas de apoio e contrapartida oferecida por qualquer pessoa física ou jurídica. Essas propostas serão levadas para serem avaliadas pelos órgãos responsáveis. Caso ainda assim essas propostas não sejam aceitas e não sejam feitos os investimentos necessários para resguardar as atrações turísticas que alimentam atividades turísticas no município, os órgãos responsáveis deverão ser intimados a oferecer soluções alternativas, para que cumpram a função social de suas propriedades.

## **Geração de empregos e renda**

### **Propostas**

- Fornecer incentivo às atividades incluídas nas vocações econômicas - as atividades que constam da lista de vocações econômicas devem ser estimuladas através de informações macroeconômicas do setor, disponibilizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra, sobre o desempenho do setor e a qualidade da infraestrutura correspondente. Informações devem incluir, se disponíveis, o tipo e quantidade de produção de orgânicos e outros produtos, área cultivada, número de negócios operando, pontos de distribuição central (mercados e feiras), lista e condição de estradas de acesso, qualidade da água dos rios, e medições de níveis de agrotóxicos e outros, que porventura tenham sido realizados.
- Apoio às atividades incluídas nas vocações econômicas - as pessoas jurídicas e até pessoas físicas que desenvolvem atividades que constam da lista de vocações econômicas devem ser incluídas periodicamente, mas com frequência mínima trimestral, por declaração própria, em uma lista disponibilizada ao público, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou outra, para que os possíveis clientes e/ou parceiros possam fazer contato e negócios.
- Imóveis abandonados ou subutilizados - todos os imóveis abandonados ou subutilizados devem ser avaliados por uma comissão especial formada para tal, que deve apresentar a relação desses imóveis, sua condição física, fiscal e legal, e as condicionantes que podem afetar seu uso. Sempre que possível, a comissão deve sugerir os possíveis usos desses imóveis e as medidas e custos estimados necessários para disponibilizar os mesmos para atividades da iniciativa privada ou mesmo pública. Os resultados devem ser apresentados em audiência pública para que possíveis interessados possam se pronunciar a respeito de seu possível interesse em realizar projetos utilizando esses imóveis.
- Utilização de prédios públicos - todos os prédios públicos devem ser avaliados por uma comissão especial formada para tal, que deve apresentar a relação dos imóveis (que afinal de contas, são patrimônio dos cidadãos), sua condição física e as condicionantes que podem afetar seu uso. Sempre que possível, a comissão deve sugerir os possíveis usos desses imóveis para a gestão pública e para usos através de cessão onerosa para atividades da iniciativa privada. Os resultados devem ser apresentados em audiência pública para que possíveis interessados possam se pronunciar a respeito de seu possível interesse em realizar projetos utilizando esses imóveis.
- Imóveis tombados - Todos os imóveis tombados no município devem ser avaliados por uma comissão especial formada para tal, que deve apresentar a relação desses imóveis, sua condição física, fiscal e legal, e as condicionantes que podem afetar seu uso. Sempre que possível, a comissão deve sugerir os possíveis usos desses imóveis e as medidas e custos estimados necessários para disponibilizar os mesmos para atividades da iniciativa privada ou mesmo pública. Os resultados devem ser apresentados em audiência pública para que possíveis interessados possam se pronunciar a respeito de seu possível interesse em realizar projetos utilizando esses imóveis.
- Criação de ferramentas para a promoção de exportações e investimento para o município, como meio de impulsionar atividades econômicas. Isso pode incluir a criação de um comitê de apoio e promoção de exportações e investimentos internacionais para o município, e a criação de uma cooperativa de exportação de manufaturados, para estimular a geração de empregos.

## **GT05 - Meio Ambiente**

### **Organização dos subtemas pelo GT05**

Embora os subtemas estejam estabelecidos na metodologia que o IPGPar apresentou no início do ano, o GT05 acabou definindo os títulos à medida que as questões foram suscitadas na elaboração do diagnóstico, na seguinte forma:

- I - Recursos Hídricos/Proteção de Margens de Rios/Qualidade da Água;
- II - Resíduos/Gestão de Resíduos Sólidos;
- III - Biodiversidade e Florestas/Unidades de Conservação/Vocações Econômicas;
- IV - Gestão das Faunas Doméstica e Silvestre;
- V - Educação Ambiental.

### **Participantes:**

Cláudia Karina Wilberg Costa; Renée Kreuger; Octávio Dantas; Walmir Ferreira; Ana Cristina Carvalho Ribeiro; Paulo Souza Leite; Ana Luiza Castro; Mário Bandarra; Raquel Cruz; Cláudia Couto; Natália Kochem; Alexandre Cinelli; Carlos Sion; Guido Gelli.

O GT01 busca tratar o meio ambiente como objeto de política para qualidade de vida no Município de Petrópolis, integrando desenvolvimento econômico-social e preservação ambiental, pilares da sustentabilidade, e contando com participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas.

### **Entrevistados:**

Victor Valente, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio.

Anderson Maverick, Coordenador do Núcleo de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Ana Cristina Carvalho Ribeiro, presidente da ONG AnimaVida.

Raquel Cruz, arquiteta e urbanista da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Niterói e professora da Universidade Estácio de Sá de Petrópolis – UNESA.

### **Release do GT05**

O GT05 busca tratar o meio ambiente como objeto de política para qualidade de vida no Município de Petrópolis, integrando desenvolvimento econômico-social e preservação ambiental, pilares da sustentabilidade, e contando com participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas.

Além dos participantes, o coordenador do GT05, Ramiro Farjalla Ferreira, entrevistou individualmente profissionais a fim de obter um panorama do Município de Petrópolis, dentro da expertise de cada entrevistado, pontuando pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, propostas já realizadas, e quais propostas que deveriam ser apresentadas ao Poder Público.

Boa parte dos depoimentos confirmam o diagnóstico feito pelos integrantes do GT, que perfazem os anseios da sociedade civil.

Para reforçar o embasamento técnico, recebemos numa das reuniões do GT05 o empresário Rafael Sette, da ONG Instituto Soul Ambiental, no Rio de Janeiro, cujo objetivo é educar e conscientizar a sociedade através das instituições de ensino, entidades assistenciais e arenas esportivas sobre o correto descarte dos resíduos de plásticos fornecendo palestras educativas, cartilhas e material de apoio para execução da coleta seletiva, a fim de estimular a reciclagem dos plásticos e sua reutilização em novos produtos, ampliando seu ciclo de vida e favorecendo a economia circular.

O Instituto Soul Ambiental tem como projeto “Sementes de Plástico”, que é uma iniciativa socioeducativa para atender os anseios da indústria de transformação de plástico e da sociedade, para incentivar através de soluções ambientais, de ferramentas da educação ambiental e da logística reversa, a correta separação e destinação dos resíduos sólidos de plásticos para reciclagem e com soluções criativas, tecnológicas e industriais para a transformação em novos produtos. Maiores informações: <http://loja.soulambiental.com.br/o-projeto> ou <http://m.facebook.com/soulambiental/>.

Na apresentação, o empresário ressaltou o papel das mídias sociais e levantou dados do perfil das pessoas que se engajam ou se preocupam com um mundo sustentável: 68 milhões acreditam na

reciclagem; 60 milhões pensam que as empresas devam ser mais preocupadas com o meio ambiente; 48% das pessoas com menor poder de consumo se dispõe a pagar mais por um produto de menor impacto ambiental, emergindo assim o consumo consciente.

O projeto tem como justificativas: 1<sup>a</sup>) Desconhecimento da sociedade das formas corretas para descarte dos plásticos dificultando a sua reciclagem; 2<sup>a</sup>) A observação do descarte incorreto de materiais plásticos com forte potencial de geração de valor, despertando assim a ideia de educar e conscientizar ambientalmente a sociedade para redução do impacto ambiental no planeta visto que 74% dos resíduos plásticos no Brasil não são reciclados (ABIPLAST, 2017); 3<sup>a</sup>) Incentivar e facilitar o cumprimento da lei 12.305/2010 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, gerando valor para toda a cadeia do plástico e renda extra para as escolas envolvidas no projeto.

O projeto foi implementado nas escolas, com a coleta de tampinhas de plástico, através de engajamento de causas, que são três: dois projetos envolvendo a causa animal, chamados Guia EcoPet e Papa Ilha; um com a compra de cadeiras de roda para pessoas necessitadas. A finalidade é educar as crianças para serem agentes multiplicadores e transformadores. Os resíduos são separados por cor como forma das crianças conhecerem os tipos. Foram arrecadas 115.000 tampinhas. Parte do dinheiro é para financiar a castração e a proteção dos animais abandonados e a outra parte vai para a Paróquia da Lagoa, com a finalidade de comprar cadeiras de rodas para pessoas necessitadas.

Resultados do projeto: 2,5 milhões de copos descartáveis retirados das arenas esportivas; 400 profissionais capacitados; 9.000 crianças envolvidas; 30 toneladas não descartadas.

Vale ressaltar que parte dos participantes do GT05 são do GT01, pois meio ambiente e urbanismo andam juntos, pelas características de Petrópolis que serão apresentadas a seguir.

## **Panorama geral de Petrópolis**

O Município de Petrópolis está localizado na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, cujo ambiente urbano se encontra no meio do Bioma Mata Atlântica, contendo uma diversidade de espécies de vegetação e fauna.

O município faz parte da Bacia Hidrográfica do Piabanga e possui uma Área de Proteção Ambiental que abrange o 1º Distrito (Centro Histórico e bairros), 2º Distrito (Cascatinha) e parte do 3º Distrito (Itaipava), chamada de APA Petrópolis. Fundada em 1982 para proteger os mananciais do rio Paraíba do Sul, tendo o rio Piabanga como afluente, dez anos mais tarde, a APA Petrópolis estendeu sua competência, por razões óbvias, para proteger a Mata Atlântica. A APA Petrópolis é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

Como está elencado nos pontos fortes deste tema, os habitantes do município vivem numa das cidades mais florestadas, com ruas arborizadas e rios que compõem a paisagem urbana. Por outro lado, a APA Petrópolis é uma das mais urbanizadas, com uma extensão que perde para Brasília.

O tecido urbano (áreas construídas e ocupadas pelo ser humano) e o meio ambiente natural dividem praticamente “o mesmo espaço”, tendo o turismo como a principal vocação econômica em razão de muitas pessoas virem visitar por causa do acervo histórico e a qualidade de vida. Afinal, foi a cidade onde a Família Real morou, bem como personalidades da história do nosso país, a exemplo de Santos Dumont. Os espaços verdes oferecidos são destinados para a realização do turismo ecológico e descanso no meio da natureza.

Ao mesmo tempo em que Petrópolis se destaca por um cenário ambiental natural e histórico, com 19 Unidades de Conservação (UCs) e 12 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), ambas elencadas no item III (Biodiversidade e Florestas Unidades de Conservação/Vocações Econômicas), e por atrações turísticas e eventos culturais, tendo como exemplos o Museu Imperial, Palácio de Cristal, Casa de Santos Dumont e outras, e festas como a Bauernfest (Festa do Colono Alemão) e Natal Imperial, tais realidades se deparam com problemas de ocupação urbana desordenada, inclusive a presença de comunidades. Essa situação gera impactos ambientais negativos por falta de infraestrutura, visto que não há esgoto tratado, e o desmatamento feito sem compensação ambiental (reflorestar áreas desmatadas).

Em entrevista com Raquel Cruz, urbanista e professora da Universidade Estácio de Sá (UNESA), a primeira afirmação feita foi que urbanismo e meio ambiente andam juntos. Transcrevendo a citação

da entrevistada, “antes de existir a cidade, havia um ambiente natural, sobretudo Petrópolis que, até hoje, é uma ilha urbana cercada por Mata Atlântica” com rios, encostas e uma rica biodiversidade. Um dos problemas ressaltados foi a retificação dos rios, que foi a retirada da curvatura das margens, que canalizou o próprio corpo hídrico. Embora os rios tenham contato com os lençóis freáticos que garantem água à população durante o ano, neles não há vida, por causa da destruição da flora aquática, alimento para os peixes. O prejuízo do ecossistema local ameaça o equilíbrio ecológico não só dos rios, mas também da cidade (vide o item I - Recursos Hídricos/Proteção de Margens de Rios/Qualidade da Água).

Em se tratando de biodiversidade, temas como vegetação e fauna se fizeram presentes. No caso da Gestão de Fauna Doméstica e Silvestre (item IV), entrevistamos a Presidente da ONG AnimaVida, Ana Cristina de Carvalho Ribeiro. Ela ressaltou que a existência do Conselho Municipal de Proteção Animal, da Coordenadoria do Bem Estar Animal – COBEA e do Fundo de Bem Estar Animal, cuja verba é oriunda do governo federal e da iniciativa privada, são pontos fortes, mas ressaltou que o Conselho Municipal ainda não foi efetivado e a COBEA apenas atende denúncia de maus tratos como se fosse um núcleo da Secretaria do Meio Ambiente.

Diante da função reducionista da COBEA, esta poderia voltar a ser um núcleo, até para economizar dinheiro, porque uma Coordenadoria precisa ter uma estrutura maior para fazer o levantamento da fauna doméstica e silvestre, a fim de implementar uma gestão nesse sentido. A ONG chegou a propor essa ideia ao Poder Público, mas não foi acatada por razões políticas. No mais, há falta de controle populacional e de guarda responsável, tendo como medida urgente a obrigatoriedade do serviço de castração permanente na qualidade de programa, e também de microchipagem, para facilitar a localização de animais de estimação, como cães, gatos e cavalos perdidos, casos mais recorrentes, e o combate aos maus-tratos, tendo em vista que cada espécime teria um número de identificação e o nome do tutor.

Em todas as entrevistas, os entrevistados citados ressaltaram a necessidade da Educação Ambiental. Por essa razão, entrevistamos o Coordenador do Núcleo de Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, o professor Anderson Maverick.

Em entrevista, o professor relatou a sua trajetória profissional ao dizer que percorreu todo território petropolitano a pé. Antes de atuar na prefeitura, atuou em trabalhos conjuntos na Secretaria do Meio Ambiente, com o projeto “Redescobrindo a Mata Atlântica”, realizando 10 caminhadas e fazendo o levantamento das trilhas e da história local para levar conhecimento ao público. Dentre as suas atribuições na Secretaria do Meio Ambiente, na qualidade de educador ambiental, ele ressaltou o Projeto Inteligência Ambiental, com seis eixos temáticos (com extensão e pesquisa, baseada na era do Antropoceno - época de transformação imposta pelo homem ao ambiente). Os pontos fortes ressaltados foram a permanência de seu patrimônio cultural e artístico. Fez uma breve consideração histórica sobre a Mata Atlântica, que, apesar de muito densa, sofreu impactos com a urbanização (energia e construções), e com o uso da lenha. O Bioma foi explorado para poder gerar energia até a década de 70. Entre a década de 1990 e 2000, a população passou a usar gás como fonte de energia para fabricação das coisas e funcionamento dos lugares.

Nas entrevistas e no GT05, os problemas apontados são: a expansão das construções irregulares, que causam inúmeros impactos ambientais negativos, como o desmatamento e o esgoto não tratado, que acaba sendo despejado nos rios; a falta de sistema eficiente de coleta de lixo, seja ele resíduo sólido ou verde; canalização dos rios; degradação do ecossistema aquático e falta de espaço para a acomodação das enchentes; e a necessidade de um programa de Educação Ambiental, começando nas escolas, para o morador lidar com o meio ambiente urbano e natural do município.

Outro ponto que merece ser ressaltado como oportunidade é o potencial sustentável da cidade. Como já mencionado, a vocação econômica de Petrópolis é o turismo, que impulsiona os demais setores como gastronomia, moda e vestuário. Outra vocação é a Tecnologia de Informação (TI). O ICMBio e a Prefeitura têm parceria com o LNCC para um drone que sobrevoará o Município para rastrear quais são as áreas da Mata Atlântica e o nível de vegetação, para fins de organização do zoneamento ambiental.

Um dos pontos fracos ressaltado pelo analista ambiental do ICMBio é a falta de conexão entre o Plano de Manejo das Unidades de Conservação e a Lei do Parcelamento Urbano do Solo (LUPOS)

sobre a permissão de construção ou não em áreas de zoneamento ambiental. Muitas vezes essa situação gera conflitos entre o órgão ambiental e prefeitura.

Em se tratando de empreendimento, as empresas atualmente consultam o ICMBio para saber a viabilidade do terreno, por se tratar de área de preservação ambiental, e o nível de vegetação da Mata Atlântica, a fim de autorizar determinada construção licenciada. Tal autorização é feita em áreas de baixa vegetação.

Para completar, o analista ressaltou a importância do licenciamento para o desenvolvimento sustentável, sobretudo em Petrópolis, em razão de estar no meio da Mata Atlântica, com a APA, a Reserva Biológica de Araras e o Refúgio da Vida Silvestre, estas últimas sob responsabilidade do INEA, além das UCs administradas pelo Município, que asseguram a qualidade de vida e a beleza da cidade e que a fazem atraente para se visitar e morar. Sem o licenciamento, o crescimento fica desordenado e desestruturado, sem infraestrutura para destinação de esgoto e coleta de lixo, e sem a obrigatoriedade de reflorestar a área que foi desmatada por causa de uma construção. É necessário haver um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico-social e a preservação ambiental.

Por essa razão, o diagnóstico elaborado observa a dificuldade do município em abrigar indústrias, por causa de sua topografia (relevo, rios e concentração da vegetação), e a necessidade de investir no turismo e na tecnologia de informações, pois estas conferem identidade econômica a Petrópolis e a oportunidade de geração de novos empreendimentos, emprego e renda, de forma mais criativa e sustentável. Meio ambiente é o potencial econômico da cidade.

No plano das propostas elencadas abaixo, foi ressaltada a necessidade de elaboração do Planejamento Ambiental Urbano, de iniciativa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, por se tratar de órgão competente na área ambiental para definir as áreas que podem ser construídas ou não e os impactos ambientais decorrentes; a necessidade de um inventário da realidade ambiental, como o informações do nível de emissão de CO<sub>2</sub> e da poluição nos rios, a situação da fauna silvestre e quais os animais em risco de extinção ou que sofrem com o crescimento populacional descontrolado, o nível de controle e risco de zoonoses, zoneamento ambiental e o estágio de vegetação; e a necessidade da revisão da LUPOS e do Plano de Manejo.

A necessidade de um inventário ambiental atrairia investimentos estrangeiros, como ocorreu em Niterói. Segundo a urbanista Raquel Cruz, que atua na Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Niterói, a equipe composta de profissionais de conhecimento técnico apresentou um plano de adaptação à mudança climática, com a elaboração de inventário de emissão de gases CO<sub>2</sub>, contendo informações de níveis de qualidade de ar e proposta para melhoria e combate à poluição. A Secretaria contou com apoio de firma especializada, que não teve alto custo. Em compensação o Município de Niterói conseguiu captar recursos provenientes de organismos internacionais para implementar tal projeto. A entrevistada ressaltou a importância do apoio governamental da Prefeitura.

Diante deste contexto, as temáticas ambiental e urbanística são interdependentes. É inviável um planejamento urbano estratégico sem levar em consideração as áreas que são de zoneamento ambiental, como o contrário também precisa ser considerado: o ambientalismo e o ideal de uma sociedade sustentável sejam nas dimensões política, econômica, social e cultural, precisam acompanhar a evolução das cidades, e o papel dos profissionais da área ambiental é indispensável na avaliação dos impactos.

Para sistematizar as propostas a serem apresentadas em cada subtema, é fundamental o Planejamento Ambiental para o Município de Petrópolis, envolvendo os diagnósticos feitos pela sociedade civil através do GT05, propondo à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com base no artigo 30 da Constituição Federal de 1988, que lhe confere competência administrativa local na qualidade de órgão ambiental, a iniciativa para elaboração. Trata-se de vontade política para desenvolver um planejamento estratégico ambiental entre as Secretarias do Meio Ambiente, de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, com curso de capacitação para que a equipe compreenda a questão ambiental em Petrópolis, envolvendo os órgãos ambientais das demais esferas de governo: ICMBio e INEA.

Sendo assim, Petrópolis necessita urgentemente uma política integrada de desenvolvimento sustentável, nos aspectos econômico (meio ambiente é oportunidade), social (qualidade de vida) e cultural (educação ambiental).

## PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)

### *“Construindo a Petrópolis que Queremos”*

Com isso, a Constituição estará sendo cumprida nos artigos 225 (do Capítulo do Meio Ambiente), 30 (competência legislativa e administrativa do município para questões de interesse local e localizado) e artigo 1º (fundamentos constitucionais repousados na cidadania e dignidade da pessoa humana).

Para completar, a própria Constituição assegura o poder emanado pelo povo, que pode ser exercido diretamente, a exemplo da presente proposta do PEP20, e por representantes por ele eleitos, que serão candidatos eleitos, dentre os atuais pré-candidatos.

## Recursos Hídricos/Proteção de Margens de Rios/Qualidade da Água

### **Pontos fortes**

- Município, com riqueza/abundância hídrica de potencial cênico e de consumo de qualidade;
- Rios com suas margens relativamente preservadas entre algumas vias;
- Sede do Comitê de Bacias da Região;
- Mais de 50% do Município está com cobertura vegetal.

### **Pontos fracos**

- Mapeamento de rios e córregos canalizados do município; (prefeitura)
- Áreas passíveis de inundações por ocupação das áreas de várzeas; (passado/como lidar?)
- Áreas de preservação permanente de beira de rios não respeitadas; (prefeitura/políticas públicas)
- Embora os rios estejam em contato com os lençóis freáticos, que deixam a população livre da seca, estes se encontram retificados, ou seja, as margens foram retiradas para fins de canalização do corpo hídrico. O resultado foi a devastação da flora aquática que é alimento para os peixes, e o prejuízo do ecossistema local, que ameaça o equilíbrio ecológico não só dos rios, mas também da cidade.
- Por falta de conhecimento na época, o Plano Koeller não respeitou as condições naturais dos rios quanto às suas características geológicas, faltando espaço para as inundações. Vale ressaltar que não há forma para estagnar as inundações e, sim, acomodá-las, por se tratar de fenômeno natural.
- Rios poluídos por descarte de esgoto sem tratamento; (prefeitura) (falta de educação/informação do poder público bem como de controle/fiscalização)
- Áreas frágeis e suscetíveis a desastres ambientais; (prefeitura) (falta de conhecimento e respeito a mapeamento existente)
- Alto déficit habitacional às classes menos favorecidas; (prefeitura/políticas públicas)
- Descarte de resíduos nos caminhos de água e disposição de resíduos sólidos às suas margens; (prefeitura/políticas públicas)
- Impermeabilização do solo em áreas mais urbanizadas; (prefeitura/legislação)
- Movimento de terras sem autorização/licença; (prefeitura/políticas públicas)
- Cortes de árvores e supressão de vegetação sem autorização/licença; (prefeitura/políticas públicas)
- Utilização da água pelas Cervejarias; (prefeitura/políticas públicas)
- Redes mistas de coleta de esgoto; (prefeitura/políticas públicas)
- Estações de tempo seco para tratamento de esgoto; (prefeitura/políticas públicas)

### **Ameaças**

- Urbanização sem controle;
- Cidade dormitório por razões econômicas, que dificultam as chances do morador conseguir emprego e gerar renda;
- Baixo volume de chuvas;
- Mudanças climáticas.

### **Oportunidades**

- Universidades e outras instituições de ensino que possam gerar e difundir conhecimento e projetos na área de saneamento e drenagem urbanas e rural, e manejo de águas fluviais;
- BNDES – Cidades inteligentes.

## **Propostas**

- Criar áreas de lazer nas margens dos rios;
- Sensibilizar a população sobre a importância dos rios para a qualidade de vida;
- Buscar formas alternativas de permeabilização da água da chuva para evitar inundações;
- Retirar pontos de acumulação de resíduos sólidos das margens dos rios;
- Gestão de Resíduos Sólidos;
- Avanços na gestão de recursos no Estado;
- Estabilização das faixas marginais com tecnologia "grama viva";
- Criação da via pedonal/cicloviária protegida por faixa de serviço com canteiros de concreto, unindo Bingen ao Retiro (curto e médio prazos), com impacto positivo na relação com as águas urbanas;
- Alternativa de transporte ao automóvel;
- Retirada dos pontos de lixo nas faixas marginais, com a criação do sistema pedonal, que reduziria drasticamente os acidentes envolvendo ciclistas, pedestres e carros no rio, uma vez que todo o sistema será protegido por canteiros de concreto.

## **Resíduos Sólidos / Gestão de Resíduos Sólidos**

### **Pontos fortes**

- Programa municipal de coleta seletiva de porta a porta e eco-pontos em algumas localidades;
- Existência de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

### **Pontos fracos**

- Destinação inadequada dos resíduos;
- Aterro Controlado de Pedro do Rio (ACPR) com prazo vencido;
- Os resíduos são destinados para o aterro de Três Rios, com custo de aproximadamente R\$1 milhão por mês. Longo deslocamento, ambientalmente ineficaz (mero descarte);
- ACPR recebe resíduos verdes e sólidos (entulho e podas);
- Nas ruas, há contêineres, mas os resíduos não são coletados ou tampados. Os recipientes viram atrativos para ratos e cães de rua;
- Não existe aplicação de política de aproveitamento de lixo verde e resíduos orgânicos;
- Pouca aderência à política de reciclagem de resíduos;
- Falta de apoio a cooperativas de triagem e reciclagem;
- Pouca valoração do item resíduos sólidos na composição de pontos do ICMS Verde;

### **Ameaças**

- Falta de definição quanto à disposição dos resíduos do município em aterro sanitário;
- Veiculação de doenças transmissíveis através dos animais pela má disposição dos resíduos;

## **Propostas**

- Sugerido o recolhimento do lixo verde para ser destinado para compostagem;
- Criar locais de depósito de resíduos onde possa ser feita, de acordo com a característica de cada resíduo, a incineração e o composto orgânico, podendo ser galpões nos bairros para que a população local possa destinar adequadamente os resíduos, que serão separados em orgânicos (lixo verde, restos de alimentos etc.) e inorgânicos (resíduos sólidos), que conte com o trabalho da cooperativa de catadores de lixo.
- Criar projetos de reciclagem, com prazos de curta duração (para redução de custo) e longa duração (para a redução de resíduos sólidos);
- Priorizar o papel da Educação Ambiental;
- Criação de ecopontos nas escolas de modo a sensibilizar as crianças com as boas práticas familiares.

## **Biodiversidade e Florestas/Unidades de Conservação/Vocações Econômicas**

### **Pontos fortes**

- Atrações turísticas notáveis;
- O Município de Petrópolis fica no meio da Mata Atlântica e é cortada por rios;
- Ruas arborizadas;
- Lei de Proteção da Flora;

## PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)

### *“Construindo a Petrópolis que Queremos”*

- ICMS verde;
- Potencial cidade resiliente;
- Há 19 Unidades de Conservação - três federais; duas estaduais; duas municipais; doze RPPNs (cinco federais; quatro estaduais; e três municipais);
- 50% do território municipal é coberto de florestas e faz parte da Bacia Hidrográfica do Piabanha, que é a mais florestada em comparação com os demais municípios;
- Estar no Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense;
- Há onze áreas de zoneamento ambiental e a autorização de construção de casa se dá de acordo com o nível de vegetação.
- Três das onze áreas de zoneamento ambiental são consideradas restritas na seguinte forma: área de preservação; área de conservação; e área de recuperação natural;
- O diploma, que respalda a avaliação do ICMBio para saber, de forma técnica, se o nível de vegetação está em estágio inicial, médio e avançado, é a Resolução do CONAMA nº 6/94;
- Potencial resiliência por ser uma cidade florestada e, ao mesmo tempo, ter uma das Áreas de Preservação Ambiental (APA) mais urbanizadas;
- O atrativo da cidade é a natureza, que atrai turistas de todos os perfis;
- Alto potencial de turismo ecológico;
- Por ser uma cidade que possui áreas verdes e um centro histórico, que remete à história do país, o meio ambiente é oportunidade de prosperidade econômica ao Município por atrair pessoas de várias partes do país e do mundo;
- Potencial qualidade ambiental reflete na qualidade de vida da população, realidade esta que faz o município atraente para pessoas que pretendem morar aqui.
- Segundo imagens satélites, houve aumento na Mata Atlântica, embora haja maior presença de áreas construídas;
- Há duas reservas biológicas e o Refúgio da Vida Silvestre do INEA;
- Boa capacidade para produção de alimentos, inclusive, orgânicos.
- A cidade é oficialmente a Capital Estadual dos Produtos Orgânicos.

#### **Pontos fracos**

- Falta de políticas de coibição de práticas irregulares quanto à proteção ambiental.
- Ocupação urbana irregular por ser a fonte de inúmeros problemas ambientais. Riscos e casos de deslizamentos. Petrópolis, infelizmente, é considerado Município número 1, que lidera sobre esse problema;
- A expansão irregular de casas invade a Mata Atlântica por não haver licenciamento;
- Vazio na proteção de pequenos mananciais.

#### **Ameaças**

- Destrução do patrimônio ambiental;
- Degradação ambiental e a poluição podem prejudicar as vocações econômicas de Petrópolis, começando pelo turismo, que faz a cidade ser atraente e movimenta os ramos econômicos da gastronomia, da cervejaria artesanal, de moda e vestuário e da tecnologia de informação. O desafio é colocar em prática a harmonia entre prosperidade e qualidade de vida;
- Novo Código Florestal e distorções provocadas;
- Conflitos existentes entre o Plano de Manejo das Unidades de Conservação e a LUPOS quanto ao zoneamento ambiental.

#### **Oportunidades**

- Código Municipal Ambiental, que ainda precisa ser sancionado pelo Prefeito;
- Revisão do Plano de Manejo das Unidades de Conservação;
- A criação de algoritmo de mapeamento das zonas protegidas por causa do remanescente da Mata Atlântica e, com isso, corrigir erros de zoneamento estabelecido pela LUPOS.

#### **Propostas**

- Planejamento Estratégico Ambiental de iniciativa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com uma equipe multidisciplinar em articulação com o ICMBio e INEA, para a elaboração de inventário ambiental do município, sobre a situação das áreas florestadas, e faunas silvestre e doméstica;
- Conexão entre o Plano de Manejo das Unidades de Conservação e a LUPOS;

## **PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)**

### **“Construindo a Petrópolis que Queremos”**

- Com relação ao FMCA (Fundo Municipal de Conservação Ambiental), propõe-se que o FMCA receba todos os recursos provenientes das multas aplicada pelo município por infrações ou crimes ambientais, e os recursos financeiros provenientes de compensações oferecidas em dinheiro. O projeto busca fortalecer as ações ambientais realizadas através do financiamento de projetos com o FMCA;
- Com relação à proteção de florestas e reflorestamento urbano, propõe-se o uso de recursos do FMCA para financiar estudos e implementação de novas UC no município. O projeto busca fortalecer a qualidade ambiental do município, incrementar as opções de lazer, e ampliar a participação do município na distribuição do ICMS Verde do Estado do Rio de Janeiro, fortemente influenciado pelas áreas de conservação instaladas no município. Os benefícios dos investimentos que o FMCA aplicar em ações que diretamente ampliam o ICMS verde do município deverão ser repassados ao FMCA pelo município, quando auferidos (recebimento do ICMS verde).

## **Gestão das Faunas Doméstica e Silvestre**

### **Pontos fortes**

- Áreas preservadas de potencial para a proteção da fauna e flora silvestre;
- Conselho Municipal de Proteção Animal;
- Coordenadoria do Bem Estar Animal – COBEA;
- Há uma cartilha, salvo engano do ICMBio, que orienta a criação de animais na zona rural para lidar com a fauna nativa local.
- Fundo de Bem Estar Animal, cuja verba é oriunda do governo federal e da iniciativa privada.

### **Pontos fracos**

- A criação de Conselho Municipal de Proteção Animal ainda não foi efetivada;
- A Coordenadoria do Bem Estar Animal (COBEA) está sub-utilizada. Poderia voltar ser núcleo para se economizar dinheiro, porque atende apenas denúncia de maus-tratos;
- Embora a COBEA seja um ponto forte, não há estrutura efetiva como merece uma Coordenadoria;
- A AnimaVida chegou a propor que a Coordenadoria fosse um órgão que fizesse o levantamento da fauna doméstica e silvestre, a fim de que implementasse uma gestão nesse sentido, mas o governou não acatou. A COBEA se limita a receber denúncia de maus-tratos;
- Falta de controle efetivo não só da fauna silvestre e doméstica;
- Não há órgãos ambientais estruturados para lidar com os animais nativos;
- Há propagandas de imóveis para atrair pessoas para estarem próximas à natureza, mas o consumidor não está preparado para lidar com os animais presentes;
- Falta de eficácia da Prefeitura para lidar com esse tipo de demanda;
- Falta de estrutura para a Gestão da Fauna no Município;
- Caso o morador tenha que lidar com animal silvestre, aciona o bombeiro, que pedirá ajuda das ONGs;
- O Bioma Mata Atlântica está sendo descaracterizado, possibilitando a presença de animais do Cerrado por causa da vegetação rasteira. Essa realidade está em Itaipava e Secretário. Ex.: Lobos-guará e cascavel. A Mata Atlântica é uma vegetação fechada ainda presente no 1º Distrito;
- Crescimento descontrolado das capivaras sem a presença do seu predador natural, a onça;
- Controle é feito por atropelamento e briga entre grupos de capivaras;
- Falta de profissionais para lidar com o manejo de animais silvestres, pois muitos morrem de estresse porque não estão acostumados com o convívio humano;
- Alteração do ecossistema que causa ataque de micos aos visitantes no Parque Natural do Ipiranga. O motivo dos ataques está no hábito das pessoas alimentarem indevidamente os animais como se fossem domésticos, algo desnecessário em razão do habitat natural ser fonte de alimentos;
- Criação de animais em áreas inadequadas como topo de morros e áreas de preservação ambiental;
- Os animais estão comendo plantas endêmicas;
- Falta de guarda responsável de animais domésticos como cães e gatos;
- Falta de controle na guarda de animais domésticos. Não há obrigatoriedade de implantação de microchip e castração;

## **PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)**

### ***“Construindo a Petrópolis que Queremos”***

- O único impedimento para abandonar um animal é a consciência, mas é relativizada porque há ofertas de água e comida pelas ruas, nas entradas de lojas.
- Programa de castração e controle de natalidade. O meio mais eficaz é o castramóvel para acessar pessoas em locais distantes de difícil acesso e locomoção.
- A necessidade de Educação Ambiental para o convívio dos animais em razão de estar na Mata Atlântica e boa parte do seu território estar protegido pela APA.

#### **Ameaças**

- Falta de políticas públicas de gestão na área;
- Falta de políticas para animais silvestres;
- Falta de controle e fiscalização pelos órgãos responsáveis estadual e federal;
- Proliferação de zoonoses.

#### **Oportunidades**

- A chipagem, a identificação e a castração são eficazes para o controle populacional e de natalidade. Até o presente momento, há cerca de 3.000 animais chipados e castrados pelo Município, porém, seus dados se encontram perdidos;
- Representação junto ao MPF, por iniciativa da AnimaVida, que, com a participação de atores das três esferas governamentais, busca definir um plano de gestão da fauna silvestre no município.

#### **Propostas**

- Desenvolvimento e implantação de um programa de Educação Ambiental com foco em fauna (doméstica e silvestre), visando reduzir o índice de abandonos e maus tratos e a preservação de nossas florestas. (médio e longo prazo)
- No caso dos animais domésticos, os meios mais eficazes de combate ao abandono são a obrigatoriedade da microchipagem, principalmente de cães, gatos e cavalos, da respectiva sistematização dos dados desses microchips e, consequentemente, da criação de um banco de dados da Prefeitura, com informações dos animais e de seus responsáveis. (curto e médio prazo)
- Programa permanente de castração e controle de natalidade. O meio mais eficaz é através de um castramóvel para atingir pessoas em locais distantes de difícil acesso e locomoção.
- Controle populacional de capivaras, contando com equipe veterinária especializada para contenção, castração e posterior soltura desses animais;
- Faculdade de veterinária;
- Hospital público veterinário;

## **Educação Ambiental**

#### **Pontos fortes**

- Existência de Secretaria de Meio Ambiente com Núcleo de Educação Ambiental
- Existência da Lei de Política Municipal de Educação Ambiental, embora o texto precise ser aprimorado para tratar das questões ambientais locais

#### **Pontos fracos**

- Conflito de competências entre as duas Secretarias;
- Maior número de atividades pontuais.

#### **Oportunidades**

- Projeto Inteligência Ambiental com os seis eixos temáticos: Unidades de Conservação e Água; Cidadania e Patrimônio; Meteorologia e Defesa Civil; Sementes e Reflorestamento da Mata Atlântica; Seleção Doméstica e Resíduos Sólidos; Biodiversidade e Bem-Estar-Animal.

#### **Ameaças**

- Falta de articulação e gestão conjunta

#### **Propostas**

- Discutir os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, chamados de ODS nas escolas;

- Transformar o Projeto Inteligência Ambiental em programa para assegurar o caráter permanente e atender as demandas da sociedade civil diagnosticadas nos itens acima;
- Formar/capacitar professores para educar os alunos à cidadania participativa, através do processo de sensibilização e conscientização coletiva para a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, conforme prevê o artigo 225 da Constituição Federal de 1988;
- Estreitar parcerias entre empresas, universidades e órgãos públicos ambientais para criação de um programa de capacitação ambiental para os funcionários a fim de desenvolver um planejamento ambiental e urbanístico para Petrópolis;

## **Saneamento Básico**

### **Pontos fortes**

- Existência de empresa de saneamento;
- Presença de saneamento básico nas construções regulares, licenciadas pelos órgãos ambientais;

### **Pontos fracos**

- Dados cadastrais em mapas da rede de esgoto do município e de drenagem.
- Falta de saneamento básico nas construções irregulares, como nas comunidades.

### **Oportunidades**

- Desenvolvimento de um projeto sobre saneamento pela Fiocruz. A metodologia é utilizada pela ONU e a Fundação está propondo parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde. Metodologia de rastreamento do saneamento para saber em qual situação se encontra;
- Rios despoluídos podem ser ambiente lazer e embelezam a paisagem urbana que compõem o Município de Petrópolis

### **Propostas**

- Tratamento de esgoto em todo o município, para evitar a poluição dos rios por causa de efluentes não tratados. Mesmo que seja um investimento de alto valor, é necessário e precisa ser tratado com prioridade, por questão de saúde pública e preservação ambiental (curto prazo);
- Esforço comum do município e municípios – implementar programas para conscientizar os municíipes que eles devem participar do esforço da prefeitura para tornar a cidade mais limpa e atrativa, tanto para seus cidadãos como para os visitantes e turistas, cuja atração é fundamental para alavancar a geração de emprego e renda.
- Coleta seletiva obrigatória - a coleta seletiva deve ser obrigatória em todo o município. Atualmente alega-se que é inviável para determinados bairros, mas a coleta seletiva se impõe pelos seus benefícios ambientais e por conta da geração de emprego e renda para as pessoas envolvidas nas atividades de reciclagem.
- Caminhões de coleta de lixo pequenos, adequados aos bairros, silenciosos - os caminhões de coleta pública de RSU devem ser adequados aos locais onde será realizada a coleta, inclusive nos bairros com dificuldades de circulação viária. Isso envolve veículos menores, que possam adentrar bairros onde os caminhões convencionais têm dificuldade de manobrar. Quanto ao barulho gerado por caminhões de lixo convencionais, deve ser meta do município que todos sejam silenciosos, utilizando veículos elétricos, por exemplo.
- Recipientes para lixo adequados - deverão ser utilizados recipientes para lixo adequados ao volume gerado em locais públicos (maiores que os atuais), e devem ser resistentes ao vandalismo. Os tipos atualmente utilizados demonstram ser impróprios, já que frequentemente não comportam o volume de lixo deixado neles, e facilmente sofrem danos por vandalismo. Recipientes maiores e mais simples, como toneis decorativos, presos a estruturas fixas, são mais indicados.
- Lixo de residências e comércio em recipientes próprios - deve ser obrigatória a colocação de todo o lixo de residências e comércio em recipientes próprios, não permitindo disposição em sacolas plásticas ou outras embalagens cujo conteúdo possa ser despejado na rua ou ser levado por enxurradas.
- Material reciclável dirigido a cooperativas ou empresas especializadas - deve ser obrigatório para todo comércio no município que tenha material para descarte que possa ser reciclado, e em quantidade acima de um volume por dia de coleta pública de RSU

acima de 1m3 ou 50kg, deve contratar sua coleta por uma cooperativa de reciclagem ou empresa especializada, instalada no município para tal atividade, não podendo destinar esse material à coleta pública de RSU, salvo taxa especial cobrada pela COMDEP ou empresa terceirizada. O material passível de reciclagem deve ser acondicionado para coleta de forma que possa ser efetivamente e eficientemente reciclado, não podendo ser contaminado ou misturado com outros resíduos não recicláveis.

- Compostagem - o município deve buscar instalar um sistema de compostagem para todo seu lixo verde coletado e para o RSU passível de compostagem. O local mais indicado seria o aterro sanitário que esteja sendo utilizado pelo município, ou um ou mais locais específicos para a compostagem.
- Destinação final de RSU - o município deve buscar instalar um novo aterro sanitário ou outra solução para o destino final de RSU no município, que não seja a dependência do aterro consorciado de Três Rios. Dada a dificuldade de encontrar locais adequados para um novo aterro sanitário nos moldes convencionais, poderão ser considerados locais em que possam ser instalados aterros sanitários com menor vida útil, os quais são mais facilmente encontrados no município. Entre as alternativas para o destino final de RSU no município devem ser consideradas a inertização, pirólise, incineração com ou sem geração de energia, etc., todas de forma transparente e com oportunidades para participação popular através de audiências públicas.

## **GT06 – Cidadania**

### **Sub-temas:**

- Promoção e Segurança Social
- Participação Social
- Segurança Pública
- Defesa Civil

### **Participantes:**

Renato Araújo (Coordenador), Philippe Guédon (colaborador)

### **Release do GT06 para o sub-tema Participação Social**

\* Colaboração de Philippe Guédon, Coordenador da Frente Pró Petrópolis - FPP

#### **Linha Mestra Central: a Conquista da Gestão Participativa\***

Qualquer planejamento municipal de longo prazo, como é o caso do Plano Estratégico de Petrópolis de 20 anos (PEP20), deve ter por eixo central a conquista da gestão participativa.

A gestão participativa é citada pelo Estatuto das Cidades (EC), lei federal nº 10.257/ 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Em verdade, o estatuto é um modelo de confusão mental, pois cuida dos dois artigos que tratam de “políticas urbanas” na CF, confunde os conceitos de cidade e de município, transfere a ideia de plano diretor de desenvolvimento e expansão urbana para o de plano diretor sem qualquer complemento, e o coloca como instrumento máximo do planejamento municipal, o que é uma absoluta e impune falsidade ideológica. Ora, cidade não é município, eis que no máximo corresponde à sua sede, nem urbano se confunde com municipal. Temos 5.570 municípios no Brasil, cerca de dez podem abrigar cidades-sede que cubram todo o território municipal, mas 5.560 outros apresentam distritos com vilas e áreas rurais distintos da cidade-sede, de importância relevante ou predominante, inclusive no campo da economia. Eis, pois, uma primeira meta para o PEP20, envidar esforços para alterar a redação cheia de equívocos do Estatuto das Cidades. Pois o plano diretor não abrange o município todo, somente a área urbana, correspondendo à cidade-sede.

Porém, o Estatuto das Cidades também consolidou o conceito de gestão participativa, elevando-o a elemento obrigatório em questões orçamentárias e de gestão pública. Lamentavelmente, o estatuto foi redigido pelo Governo Fernando Henrique Cardoso sem o mínimo cuidado, e o Congresso debateu o texto sem se dar ao cuidado de lê-lo. Os municípios ficaram carentes de planejamento, mas a gestão participativa foi consolidada, após ser instituída pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC nº 101/2000. A base legal da gestão participativa teve os seus fundamentos implantados em 2000 e 2001, o que só faz crescer o mérito de Petrópolis por ter iniciado a prática em 1983, quando do início do Governo Rattes. Pena que a “Primavera de Petrópolis” não tivesse merecido continuidade, Petrópolis estaria, hoje, entre os municípios de vanguarda do Brasil, em vez de amargar pífia colocação em qualquer ranking de desempenho.

O PEP20 deve elevar a gestão participativa ao seu mais alto grau, avançando ano a ano, mandato após mandato.

#### **As Associações de Moradores e as ONGs: entidades geradas livremente pelo povo**

A sociedade é composta por pessoas, eleitores ou não, todos contribuintes, pois quando adquirimos um litro de leite ou quando pagamos uma passagem de ônibus, pagamos tributos. Evitemos, assim, falar em eleitores ou em contribuintes, pois cada pessoa participa da eleição de algum modo, pois consome, e portanto, gera impostos.

Ao lado das pessoas, individualmente consideradas, temos que levar em conta as organizações que a sociedade cria para maior eficiência de sua vida. Falamos em movimentos informais ou em ONGs organizadas, e os vemos ambos no mesmo plano. Por que obrigar uma comunidade de poucos recursos a investir dinheiro na legalização de uma Associação de Moradores? Ora, fui testemunha da expansão das Associações de Moradores e de seu trágico sumiço, devido à sórdida cooptação por parte das máquinas político-partidárias. Já o portal [www.dadosmunicipais.org.br](http://www.dadosmunicipais.org.br) ou a Frente Pró-Petrópolis são movimentos informais que prestam bons serviços a Petrópolis sem onerar em excesso

## **PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)**

### ***“Construindo a Petrópolis que Queremos”***

os seus membros, senão com uma ocasional e razoável vaquinha e, claro, usando de seu tempo e seus talentos.

As Associações de Moradores foram o mais genuíno e eficiente modo de representação popular em Petrópolis, nascido em meados da década de 1970, em torno da FAMERJ. Foi em torno delas que o Governo Rattes pode realizar a sua “Primavera de Petrópolis”; eram uma dúzia logo antes de sua posse, e duas centenas ao final de seu mandato. Nada pode ser menos corporativo do que uma Associação de Moradores, onde a pessoa se qualifica para integrar o coletivo pelo fato de lá morar. Paulo Rattes definiu muito bem as relações entre AMAs e o Governo municipal: “Nada esperem do governo, nem locais, nem apoio financeiro. Vocês precisam ser livres, independentes. Organizem-se, pois são poucas hoje, mas serão muitas amanhã, e se eu posso conversar com dez, não posso fazê-lo com cem. Vocês precisam ser independentes no seu relacionamento com o governo”. Infelizmente não foi o que aconteceu. Mas quem viveu, testemunhou o potencial da gestão participativa.

Ao lado dos movimentos comunitários, temos as ONGs, as Organizações Não Governamentais geradas pela Sociedade para os fins mais diversos. Aqui, o que se passa é diverso: o poder público as incentiva ou asfixia, conforme sejam “enfeudadas” ao governo da hora ou prezem por sua independência. É usual a proximidade do governo com ONGs vindas de norte a sul do país, de preferência a estimular as iniciativas petropolitanas.

As sociedades intermediárias do povo petropolitano necessitam ser valorizadas nas suas ações. Financeiramente, se oferecerem produtos necessários e de qualidade; com diálogo inteligente e respeitoso, sempre. O que, até hoje e descontada a “Primavera”, jamais ocorreu no município.

### **Os Conselhos Municipais: quando a multidão gera a anulação**

A Primavera de Petrópolis conheceu poucos Conselhos: o de Transportes Públicos, o de Preservação do Patrimônio, o de Orçamento. E nunca houve nível de participação semelhante, nem antes nem depois. Hoje, contam-se às dezenas os Conselhos e Comissões entre ativas, esterilizadas, invadidas por aliados do Poder, a dormitar na Lei Orgânica do Município (LOM). E nunca conhecemos nível mais baixo de participação popular. Exemplo: os membros da sociedade civil que integram os Conselhos Municipais raramente sabem algo mais consistente sobre os mesmos. Carecem de uma capacitação prévia à sua designação para poderem assegurar um desempenho meritório à sua representação. Mas os governos de Petrópolis preferem ignorar tudo o de bom que a sociedade já produziu e formar os Conselhos com pessoas totalmente despreparadas, e portanto, mais abertas às “orientações” do Governo.

Necessário discutir propostas como: revisão do número de conselhos e legislação correspondente; padronização de seus regimentos internos (RIs); capacitação obrigatória dos conselheiros; não interferência dos poderes municipais na escolha de seus representantes; proibição de vereadores ocuparem assentos nos conselhos; punição mais rigorosa aos conselheiros faltosos.

### **Audiências Públicas nos dois poderes: vergonha a rogar por mudanças.**

Curioso: os Conselhos merecem serem criados e detalhados por lei, salvo alguns casos mais tenebrosos, mas as Audiências Públicas são tratadas com desdém, ressalvada a exceção das audiências públicas relativas às leis orçamentárias, que são um primor de acinte. Não foi sem razão que o público desapareceu, com exceção dos felizes integrantes dos gabinetes dos vereadores, ou de algum estudioso do cerceamento da democracia em Petrópolis.

Por insistência da sociedade, temos decretos; este mesmo nível de normas legais que é considerado insuficiente para um Conselho. Já, para uma audiência, quanto menos peso ela tiver, melhor. Tanto a Câmara quanto o Executivo se empenham em desmerecer-las; citamos um exemplo marcante: as contas anuais obrigam a realização de uma audiência pública para que o povo possa delas tomar conhecimento e requerer explicações. Pois não são realizadas, e a Mesa da Câmara responde que já realiza outras audiências exigidas pela LRF. Ora, se a lei manda que sejam realizadas as diversas audiências, qual a competência do Presidente da Casa e seus companheiros de Mesa em decidir quais dispositivos da LOM são merecedores de atenção e quais são irrelevantes?

Carecemos de uma lei de estruturação das Audiências Públicas, instrumento fundamental da gestão participativa.

### **A transparéncia nas informações do poder público: o e-Sic**

As presentes notas sobre a cidadania não seriam fiéis à verdade dos fatos se não citassem um êxito notável do atual governo, mesmo que decepcionante em matéria de livre diálogo com a sociedade.

A Lei Federal sobre a Transparéncia (LAI), nº 12.527/2011, regula o acesso à informação, contribuindo para o advento da gestão participativa. A Prefeitura criou em seu site a possibilidade do cidadão inscrever-se no e-Sic, ou sistema eletrônico de atendimento aos pedidos dos cidadãos e cidadãs interessados por algum aspecto de nossa administração. O cadastramento é simples, eficiente, e as respostas escritas são invariavelmente amáveis. Há boa vontade nos diversos órgãos da municipalidade: PMP e suas Secretarias, IMCE, INPAS, COMDEP, CPTTrans e Câmara Municipal, que respondem conforme o grau de respeito que cada titular tem pela gestão participativa. Caso curioso é o SEHAC que gerencia o Hospital Alcides Cardoso, que não é citado nas peças orçamentárias, e se perde na Secretaria de Saúde.

Mesmo com a resistência com que se defronta, certamente, em muitas áreas, o e-Sic transformou o diálogo através de requerimentos escritos e protocolos de acesso difícil ou francamente inviável (caso da Câmara Municipal), todos eles ao alcance das pessoas pela internet.

### **O maior dos empecilhos à gestão participativa: a Câmara Municipal**

Começamos por uma pergunta que deverá ser respondida por alguma autoridade, após formulada pelo povo de Petrópolis - que tem se mostrado excessivamente leniente: quem controla, fiscaliza, audita a Câmara Municipal de Petrópolis?

O TCE é órgão auxiliar do Poder Legislativo Estadual, portanto formado a partir de negociações partidárias. Como pode um órgão auxiliar do Poder Legislativo fiscalizar, de verdade, um órgão legislativo municipal com o qual a ALERJ mantém contínuas e recíprocas relações? O que aqui mais nos preocupa, e deverá ser resolvido no âmbito do PEP20 ao longo de sua vigência de vinte anos, é o processo legislativo da Câmara Municipal. Pois esta imensa e custosíssima máquina está, comprovadamente, acima do controle do Ministério Público Estadual. Cabe ao PEP20 indagar: qual órgão das três Instâncias e dos três poderes fiscaliza a Câmara Municipal? A impressão que fica na cidadania é que o Poder Legislativo Municipal inchou internamente e murchou externamente. Muito custa, para quase nada produzir.

Este é o principal problema da cidadania em Petrópolis. Pois a Câmara não representa o povo, como estabelece o princípio fundamental do art. 1º, parágrafo único, de nossa Constituição Federal: “Todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. A Câmara Municipal é composta por vereadores de partidos que se consideram donos do município; a preocupação é fazer da Câmara a fonte de benesses e de oportunidades; cada vereador dispõe de gabinete com nove membros, um dos quais tem o nível de Secretário do Município, e outro de Chefe de Gabinete, uma festa. O custo anual ronda os trinta milhões de reais, para gerar um resultado que seria ínfima parte do que conseguiríamos com uma assembleia de quinze cidadãs e cidadãos probos, que dedicariam parte de seu tempo ao Município, como fazem com movimentos, associações, igrejas, clubes esportivos ou com ações de cidadania vistas como ofensivas pelos eleitos após passarem pela peneira do cartel dos partidos.

A Câmara é o principal poder municipal. Ela empossa o prefeito e pode cassá-lo; um prefeito não pode cassar um vereador gago e ausente. Todas as leis importantes requerem a aprovação da Câmara; entre nós, o Legislativo prefere defender a COPERLUPOS por razões que a razão se escandaliza em elencar.

Há que se mudar a Câmara na sua essência. Um município de Minas Gerais acaba de fazê-lo. Trata-se de Arcos, no oeste do estado. Sim, pode ser feito, na medida em que o Povo se rebelar contra as inconstitucionalidades, abusos e omissões que são o pão nosso de cada dia.

### **Participação Social**

#### **Pontos fortes**

- existe capital humano qualificado e ocioso na cidade;
- existe interesse das pessoas;
- há experiência passada bem-sucedida (Primavera de Petrópolis).

## **Oportunidades**

- existem modelos de participação já formatados (OSPetro);
- existência de legislação participativa (EC, LRF, LAI);
- experiências exitosas de outras cidades;
- utilização de TIC e mídias sociais.

## **Pontos fracos**

- não se aproveita o potencial humano por falta de mobilização, atração;
- há poucos instrumentos ativos/legítimos de participação social no município, hoje;
- interesses pessoais x públicos.

## **Ameaças**

- cooptação de lideranças sociais por partidos políticos;
- novas leis que restrinjam a participação popular ou o acesso à informação.

## **Propostas\***

\* Colaboração de Philippe Guédon, Coordenador da Frente Pró Petrópolis - FPP

- P621 - A via preferencial da Gestão Participativa: o Instituto Koeler (INK) A sociedade civil petropolitana muito tem trabalhado sobre a questão, mormente considerando o baixo nível das preocupações da Câmara Municipal. Além de instituir movimentos e associações modelares, como a Câmara de Entidades Petropolitanas, o Fórum Popular, as Associações de Moradores, o Comitê Gestor do Portal Dados Municipais, a Frente Pró-Petrópolis, o Instituto Pró-Gestão Participativa, e centenas de outras mais, buscou, junto com a Secretaria de Governo do prefeito Mustrangi, uma forma de racionalizar o planejamento em Petrópolis, assegurando a continuidade dos investimentos e esforços.

Sobre proposta do advogado Sebastião Médici, buscamos exemplos de autarquias participativas e encontramos o IPPLAP, Instituto de Planejamento de Piracicaba, município que disputa os primeiros lugares no IFGF/FIRJAN, que valoriza os investimentos, enquanto Petrópolis participa do pelotão dos municípios medíocres sob esta vertente. Recebemos todo o apoio de Piracicaba, desenvolvemos o Projeto do Instituto Koeler (INK), que foi acolhido pelo Executivo e remetido à Câmara, onde permaneceu engavetado. O então candidato Bomtempo afirmou que o acolheria, mas, depois de muitas exigências, todas cumpridas, entendeu que não seria de seu interesse e nunca mais aceitou dialogar conosco, apesar de ter afirmado a sua concordância por escrito.

O INK é um projeto de lei bem estruturado, viável, que assegura a verdadeira gestão participativa e, em acréscimo, esta pérola de que poucos municípios dispõem: o Planejamento Estratégico. O PL está pronto. Os seus mentores na sociedade, que continuam na batalha pelo resgate de nosso município, entregue à cobiça dos partidos, já desnudaram e comprovaram as origens doentias do plano diretor municipal e dos planos de governo. O INK obteria avanços notáveis, como assegurar a presença da sociedade civil quando das transições de governo, quando desaparecem documentos e arquivos eletrônicos, com as desavenças entre partidos superando o bem comum.

- P622 - Os orçamentos, ferramentas de administradores, de técnicos e do povo: o orçamento inteligível e o Orçamento Participativo (OP) Todos os municípios balizam as suas ações através de orçamentos. Infelizmente, a nossa estrutura municipal adoecida faz com que os orçamentos sejam peças elaboradas por técnicos para outros técnicos. Se a imensa maioria dos vereadores nada entende em matéria orçamentária pública (exerci mandato de vereador, falo do que conheço), o tema da arrecadação e das despesas, base de todas as políticas públicas, fica entregue aos cuidados de poucos condescendentes do assunto e à interferência de administradores – no caso, mandatários – de parca familiaridade com o assunto. Os orçamentos precisam atender às necessidades da administração, claro, e às exigências do Tribunal de Contas; até aí estamos de acordo.

## PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)

### *“Construindo a Petrópolis que Queremos”*

Mas, quem paga todas as contas? O povo do município. E que direito tem ele em matéria orçamentária? O de pagar por tudo. O de assistir às audiências públicas onde sequer pode usar da palavra (vide o Regimento Interno de nossa Câmara). Mas o de entender as linhas mestras do orçamento, direito básico assegurado pela gestão participativa, conforme as leis acima citadas? Não tem este elementar direito, o que é uma vergonha.

É necessário que um resumo de cada orçamento seja feito para informação das pessoas e dele derive um painel, por exemplo, exposto no saguão da Câmara, onde os cidadãos e cidadãs poderão ver a progressão da alocação e uso das verbas, de modo simples e racional. Se a arrecadação e as despesas não puderem caber em quadro que ocupe uma folha de papel A4, será sinal que não fomos sintéticos o quanto bastasse. Recomeçemos, até conseguirmos uma apresentação que qualquer cidadão sem formação contábil ou administrativa possa entender. Sem este instrumento, a gestão participativa é um blefe, como ora ocorre.

Também devemos resgatar o Orçamento Participativo (OP), que floresceu entre 2001 e 2005, até o Prefeito da época concluir que seria melhor para as suas perspectivas eleitorais, voltar a distribuir benesses do que atender exigências de direitos. Assim morreu o OP, que acabara de alcançar 27.000 votos sem caráter de obrigatoriedade, em pleito dominical realizado por militantes de boa vontade. Guardamos toda a documentação a respeito e seria uma pena que não fosse resgatada. Aplicavam-se meros 3 milhões por ano, poderemos aplicar verbas crescentes, por exemplo a partir de 4 milhões/ano no primeiro quadriênio do PEP20 (aprox. 1% do orçamento). Não conheço melhor forma de aprendizado popular das normas práticas de um orçamento, sobretudo a necessidade de selecionar entre opções, para não ultrapassar a verba autorizada.

E que seja um direito do povo, sim, e nunca mais uma distribuição de benesses do bom “paizão” da hora, com o dinheiro das pessoas que compõem o povo.

- P623 - O Observatório Social do Brasil – Petrópolis (OSPetro)

A ideia de criação do Observatório Social do Brasil em Petrópolis (OSPetro) surgiu em janeiro de 2017 na reunião da Frente Pró Petrópolis. Todos viram nesta proposta uma ótima ferramenta para criar uma organização que pudesse “observar” o poder público em seu aspecto mais importante: os gastos. Desde então várias ações visando a sua criação foram realizadas junto a empresas, organizações sociais, entidades de classe e o público em geral, ainda sem sucesso.

O Observatório Social do Brasil (OSB) é um espaço para o exercício da cidadania, democrático, apartidário e deve reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública. Os OSs, presentes em mais de 137 cidades, são organizados em rede, coordenados pelo OSB, que assegura a disseminação da metodologia padronizada, promovendo a capacitação e oferecendo o suporte técnico, além de estabelecer as parcerias estaduais e nacionais. Atuando como pessoa jurídica, em forma de associação, o OS prima pelo trabalho técnico, através do monitoramento das compras públicas, agindo preventivamente no controle dos gastos públicos. Atua também em outras três frentes, como a educação fiscal, a inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios e a construção de Indicadores da Gestão Pública.

Já dispomos de um Plano de Ação e um Plano de Negócios para a criação do OSPetro, além de um espaço físico disponibilizado. Resta-nos avançar no convencimento e arregimento de pessoas com capacidades técnicas e entidades dispostas a levar adiante este importante projeto para a cidade.

- P624 - Os Candidatos Independentes

Os Constituintes de 1988 incluíram no capítulo dos Direitos Individuais o art. 5º, XX: “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”. Porém, no capítulo dos Direitos Políticos, art. 14, § 3º, V, exige-se a prévia filiação partidária para o registro de uma candidatura. Esta última posição é reforçada na Lei dos Partidos Políticos (nº 9.096/95, art. 1º) e na Lei das Eleições (nº 9.504/97, art. 8º). No Brasil, menos de 12%

dos eleitores são “inscritos” em partidos, segundo o TSE. 88% permanecem alijados do debate.

A Constituição foi redigida por bancadas de partidos, que cuidaram de seguir o dito popular que manda Mateus cuidar, primeiro, dos seus. Os partidos se ofertaram o monopólio de selecionar candidatos para todas as eleições, de vereador a presidente. A despeito das eleições serem diretas, constituem um primeiro colégio eleitoral que determina em quem se poderá, ou não, votar. Será constitucional? Adotaram duas normas essenciais sobre filiação partidária, uma num sentido e a outra (o absurdo persiste há 31 anos). O estatuto dos partidos é visto como “interna corporis”, suas atividades financiadas com dinheiro público e seus “donos” (pessoas, famílias, núcleos duros) estão no poder há décadas.

Do outro lado, os candidatos independentes, avulsos. Recusam filiar-se por objeção de consciência e por lerem, nesta mesma Constituição, o Direito Fundamental, intocável, pétreo, do art. 5º, XX. Querem exercê-lo, consoante com os Tratados da ONU e de São José da Costa Rica sobre Direitos Humanos e Políticos que o Brasil assinou livremente, antes mesmo de 88. Candidatos independentes existem em mais de 93% das democracias. Chega de aceitar ideias impostas, do povo mantido do lado de fora das maçanetas.

Apesar de sua regulamentação não estar na alcada municipal, os candidatos independentes, ou avulsos, podem representar uma verdadeira revolução na participação da sociedade no poder público municipal, tanto no executivo, quanto no legislativo.

## **Segurança Pública**

### **Diagnóstico Geral**

- A Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública tem um secretário, cinco assessores e 73 efetivos
- A Guarda Municipal tem 209 efetivos
- Há duas Delegacias da Polícia Civil (Centro e Itaipava)
- O Batalhão de Polícia Militar tem três unidades
- Há dois Conselhos Comunitários (Municipal e Estadual)
- A Polícia Rodoviária Federal tem três postos
- A Polícia Federal tem um posto de apoio operacional
- Petrópolis está entre as três mais seguras cidades do RJ (IPEA-2018)

## **Assistência Social**

### **Diagnóstico Geral**

- A Secretaria de Assistência Social tem 92 efetivos
- Há um Gabinete da Cidadania
- Há quatro abrigos/asilos
- Há quatro casas de repouso
- Há doze entidades sociais conveniadas em funcionamento
- Há doze associações benéficas conveniadas em funcionamento
- Há nove Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Há um Conselho Municipal
- Há diversas entidades privadas/religiosas atuantes, em funcionamento

## **Defesa Civil**

### **Diagnóstico Geral**

- A Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias tem 19 comissionados e 46 efetivos
- O Corpo de Bombeiros Militar do RJ tem uma guarnição
- Petrópolis sofre com problemas ambientais: chuvas/deslizamentos/enchentes no verão e queimadas no inverno.
- Petrópolis tem uma tradição de tragédias ambientais: Cuiabá 2011; Quitandinha 1988, etc.

## GT07 - Administração Pública

### Sub-temas:

- Equilíbrio Fiscal
- Recursos Humanos
- Previdência Pública
- Mecanismos de Governança

### Participantes:

Roberto Rocha (Coordenador)

### Release do GT07

#### Equilíbrio Fiscal

Neste GT, o foco para o planejamento estratégico é o aperfeiçoamento da gestão de tributos e sua equivalência entre receita, despesa e investimentos.

Desde 2014, as contas públicas sofrem com a queda de receita e o aumento das despesas, em especial na Saúde e na Previdência.

A harmonização das receitas e despesas passa pelo trabalho integrado dos demais eixos de trabalho, pois o maior objetivo é aumentar a receita, não somente com o crescimento da economia local, mas também com a efetividade da cobrança de tributos, como o IPTU, e maior efetividade no recebimento da dívida ativa.

Quanto às despesas, o combate ao desperdício e otimização dos gastos são primordiais para buscar o equilíbrio fiscal, já que, em breve, recursos destinados à Previdência aumentarão, necessitando de maiores aportes da arrecadação dos tributos.

Em relação ao Orçamento de 2019, são apresentados os seguintes dados:

Receita: Fiscal – R\$ 896.185.000,00; Seguridade Social – R\$ 286.930.000,00.

Despesa: Fiscal – R\$ 682.840.000,00; Seguridade Social – R\$ 500.275.000,00.

Poder Legislativo: R\$ 29.960.736,00.

#### Recursos Humanos

A gestão dos recursos humanos pressupõe a gestão dos cargos públicos; a realização de concursos; avaliação de ações que possam ser preenchidas com terceirização (3º setor); e capacitação dos servidores.

Em relação aos recursos humanos do município de Petrópolis, são apresentados os seguintes dados para a Despesa Bruta com Pessoal:

2015: R\$ 383.696.063,60

2016: R\$ 399.888.998,20

2017: R\$ 527.302.835,10

2018: R\$ 537.877.344,54

#### Previdência

Com relação à previdência no município, busca-se o equilíbrio financeiro no mais curto prazo possível e o equilíbrio atuarial no longo prazo. “O equilíbrio atuarial é alcançado por meio de estudos atuariais periódicos e a adoção de estratégias para a manutenção das situações superavitárias ou da correção do déficit apresentado” (TCE RJ, Processo 214.796-6/18 p. 41).

Para a previdência no município, são apresentados os seguintes dados para as respectivas despesas:

2017: R\$ 115.814.441,90

2018: R\$ 127.872.347,63

#### Governança

O papel fundamental da gestão pública é o de ampliar o bem-estar social. A boa governança no município busca a racionalização dos gastos, e a boa gestão dos investimentos em infraestrutura,

saúde, educação, mobilidade urbana, habitação e segurança. Seus mecanismos (Mecanismos de Controle Interno) são: liderança, estratégia, controle e gestão de riscos. As funções da governança são: avaliar, direcionar e monitorar.

## **Mecanismos de Governança**

### **Propostas**

- Relatório de desempenho do cumprimento das leis: O projeto busca imprimir maior transparência às ações do poder público, e fornecer meios de maior e melhor controle das ações do poder público, tornando a democracia no município mais participativa e eficaz. A administração pública deve fornecer um relatório anual com os parâmetros de desempenho do cumprimento das principais leis municipais que especificam penas por seu descumprimento, e para as quais tenha sido observado ou relatado algum descumprimento. O relatório deve conter informações sobre as intimações por infrações, as multas aplicadas, e os respectivos pagamentos, e apresentar um plano de fiscalização e cumprimento das mesmas, de forma que o cidadão possa entender o grau de cumprimento de cada uma e as medidas que a administração pública está utilizando para que as referidas leis sejam efetivamente cumpridas. Dar ampla publicidade no DO (ou em mídia local). Não se trata de nada mais que um relatório administrativo que deveria fazer parte de qualquer administração.
- LUPOS e Audiências públicas: A administração pública deve realizar audiências públicas para todas as leis, decretos e medidas que afetem a LUPOS.
- Informações exigidas pelo Art. 84 do Plano Diretor: A administração pública deve dar publicidade anualmente no DO (ou em mídia local), a todos os dados que o Art 84 do PD exige na troca de administração, e realizar um evento específico, aberto ao público, com ampla chamada à participação popular, para apresentar essas informações. Apesar de ser lei, faz-se necessário reiterar esta obrigação de importante utilidade e interesse público.
- Incentivos fiscais: A administração pública não deve fornecer incentivos fiscais sem claras contrapartidas oferecidas pelos respectivos beneficiados. Todos os incentivos fiscais concedidos devem constar de um relatório anual no DO (ou em mídia local), de forma que os termos e seu cumprimento possam ser facilmente acompanhados por qualquer cidadão.
- Ouvidoria do cidadão: A administração pública deve implementar e dar eficácia a uma ouvidoria do cidadão, e dar publicidade mensalmente no DO (ou em mídia local), a todos os processos que tramitaram por tal ouvidoria, através da transcrição dos processos.
- Diário Oficial (DO) digital: A administração pública deve implementar um DO digital, com padrões atuais de validação e inviolabilidade. O DO deve conter todas as informações que um cidadão possa necessitar para realizar adequadamente o acompanhamento dos trabalhos das esferas municipais.
- Considerar solicitar ao ComCidade uma proposta de revisão do grande número de Conselhos Municipais existentes, o que acaba resultando num enfraquecimento da participação, ao invés do seu fortalecimento.
- O Orçamento Participativo é visto pela Frente Pró Petrópolis - FPP como essencial para a imagem da gestão participativa junto à população, por ser excepcional meio didático para a compreensão de conceitos como orçamento, verbas, custo de obras, priorização, resultado prático da participação, diálogo Poder-População, bem-comum. O OP deve ser implementado no município, com metas de abranger percentuais mínimos do orçamento municipal, de 1%, 2%, 5% e 10% em 5, 10, 15 e 20 anos, respectivamente. (Esta proposta, em forma semelhante, também consta do GT06).
- Órgão permanente de planejamento estratégico de longo prazo: A administração pública deve criar um órgão permanente de planejamento estratégico de longo prazo, que seja composto por servidores concursados, e que apresente anualmente no DO (ou em mídia local) seus trabalhos e relatórios. O órgão deve realizar anualmente uma audiência pública para apresentar seus trabalhos e receber contribuições populares sobre o planejamento estratégico do município. Esta recomendação é a síntese do trabalho do IPGPar na elaboração do PEP20, pois o intuito é demonstrar a importância, a viabilidade e os benefícios de um planejamento estratégico permanente, de longo prazo, no município.

## **Outras Considerações**

Considerações para o tema do GT07 apresentadas por Philippe Guédon, Coordenador da FPP:

É de se esperar que a população seja um pouco mais crítica nas eleições de 2020 em relação aos partidos e seus “planos de governo maravilhosos”, quando a quase totalidade da grei jamais apareceu em uma reunião de entidade comunitária, muito menos para assumir compromissos com a redação do P.E.P., indispensável face à absoluta ausência de base jurídica do plano diretor urbano, pretensamente municipal, e das propostas de Governo, ilegalidade cometida por Corte Superior, que a Petrópolis de verdade vem denunciando como pode, na mais absoluta indiferença dos partidos políticos (salvo as raríssimas exceções de praxe)

Para que os petropolitano possam continuar a luta pela redenção municipal, é oportuno que se cite aqui outro impasse constitucional, sobre o qual nunca se debruçaram os Juristas e Cientistas Políticos. Eis o que diz o artigo 17: “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: I - caráter nacional; II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III - prestação de contas à Justiça Eleitoral; IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei. §1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias. § 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. § 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei. § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar. Ora, como harmonizamos este texto oco com o Princípio Fundamental do artigo 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”?

Pois os partidos, sequer citados no Princípio Fundamental, se apropriaram dos mandatários; como foram as bancadas partidárias a elaborar o texto constitucional, não surpreende que tenham inserido o que lhes convinha. Onde entra o Povo junto aos partidos políticos? Acredite que nem me alongo nem fujo do assunto; eu diria mesmo ser este o ponto crucial do P.E.P., pois se não harmonizarmos os conceitos de Povo e de Partidos, ainda muito sofreremos nas mãos de prefeitos e vereadores submissos às suas siglas e desinteressados da vontade popular. Não precisamos ir longe, pois a Lei nº 9.096 de 1995, a Lei dos partidos políticos, propõe a definição que rompe a contradição constitucional: “Partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal” (art. 1º da Lei nº 9.096/1995).

A autenticidade do regime representativo. A ideia-força que não ocorreu aos Constituintes. Pois a representação é do Povo, e os partidos são as suas ferramentas. Este é o ponto central de qualquer reflexão sobre o P.E.P; a ordem vigente não é: 1) mandatário; 2) partido; 3) Povo. Mas sim o inverso, pois TODO o poder emana do Povo.

Entendemos que a situação da PMP se agravou consideravelmente desde 2012 o que exige de todos uma austeridade bem maior. No livreto “O Município vira o jogo” foi proposta uma estrutura ainda mais enxuta, composta por onze órgãos. Não se trata de uma preferência abstrata, mas de uma medida emergencial de salvamento de nossa Municipalidade:

- A. Gabinete do Prefeito, concentrando a Coordenação Institucional, a Comunicação Social, a Controladoria e a Procuradoria Geral;
  - B. Secretaria de Administração e Recursos Humanos, que absorve o INPAS;
  - C. Secretaria de Fazenda, que absorve o Orçamento;
  - D. Secretaria de Assistência Social, que absorve o IMCE;
  - E. Secretaria de Defesa Civil, que absorve a de Serviços, Segurança e Ordem Pública e a CPTrans;
  - F. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que absorve a Turispetro;
  - G. Secretaria de Educação;
  - H. Secretaria de Obras, que absorve a de Meio Ambiente e cuidará do encerramento das atividades da COMDEP;
  - I. Secretaria de Saúde
- E na administração vinculada:

## PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)

### “Construindo a Petrópolis que Queremos”

- A. INK, que passa a cuidar do Planejamento;
- B. SEHAC.

Não podemos esquecer que devemos carregar o peso excessivo do atual modelo de Câmara, insuportável e inconveniente sob qualquer ótica, menos a dos vereadores que gozam das maravilhas de um mundo distanciado da realidade.

Dívidas: quanto deve a administração pública de Petrópolis? Segredo guardado a sete chaves, que somente será revelado com honestidade quando não houver mais como ordenhar os derradeiros recursos da Administração de Petrópolis; só então, a conta a pagar será apresentada ao Povo do Município para que se vire com a mesma. Mesmo através do e-SIC, o Poder Público se protege, fornecendo segmentos de uma resposta cujo total nunca é apresentado.

Sabemos que o prefeito Rossi, em algumas colocações feitas junto à Imprensa, orçou em 770 milhões a dívida que constituía a herança mais maldita da Administração Bomtempo. Note-se que nenhuma Administração cumpriu o sair a exigência do artigo 79 da LOM, assim como nenhuma a cobrou ao chegar. E a Câmara silenciou, paquiderme inútil. Se o Povo quiser, este mesmo Povo que paga todas as contas, que vá à luta (de graça, claro) para fazer o que nenhum remunerado pelos cofres públicos fez. É a isto que se chama de democracia entre nós.

Ora, em final de abril 2019, requeremos ao e-SIC o montante das dívidas. Eis o que nos respondeu (arredondamos por não sermos auditores):

A – outras dívidas não contratuais	8.000.000
B – outras dívidas não contratuais (Déficit atuarial do RPPS)	2.333.500.000
C – parcelamento tributário União	3.200.000
D – parcelamento tributário União	500.000
E – parcelamento previdenciário União	2.600.000
F – parcelamento previdenciário União	500.000
G – Outras dívidas contratuais (Águas do Imperador)	800.000
H – parcelamento previdenciário União	1.600.000
I – parcelamento tributário União	15.700.000
J – outras dívidas contratuais (Fund. D. Cintra)	3.100.000
K – parcelamento tributário União	900.000
L – parcelamento tributária União	12.500.000
M – outras dívidas contratuais (Sta. Catarina, Hosp. Sta. Teresa)	8.200.000
N – parcelamento previdenciário União	100.000
O – parcelamento tributário INPAS	1.300.000
P – parcelamento tributário INPAS	2.500.000
Q – empréstimo Agência de Fomento do RJ	7.500.000
R – parcelamento previdenciário União	6.400.000
S – parcelamento tributário União	400.000
T – parcelamento tributário União	5.700.000
U – parcelamento tributário União	3.600.000
V – precatórios	163.000.000
X – parcelamento tributário INPAS	12.400.000
Total arredondado	251.600.000

Já deixamos os 770 milhões na saudade. Na mesma oportunidade, recebemos outro quadro, referente aos restos a pagar, desde 2013 até 2018. Totalizavam, quando da resposta em maio 19, R\$14.070.000. A CPTrans, no seu balancete de fevereiro 2019, informa que os prejuízos acumulados montam a R\$18.500.000. O IMCE é parte integrante da Administração Direta, não apura resultados em separado. A COMDEP informa ter passivo a descoberto de R\$62.000.000.

O SEHAC é caso sui-generis, pois não publicava as suas contas e relatórios anuais em Petrópolis, mas sim (segundo seus dirigentes afirmaram) em Niterói. Qual o motivo, a lógica, a base legal para tão estranho procedimento? Foi-nos assegurado pelo e-SIC que as contas e relatórios referentes a 2018 serão publicadas no DOM; não o foram no prazo de Lei, alegadamente pela ocorrência de auditoria que deveria encerrar-se até 25 de junho. Ingressamos com um pedido para conhecer a data e o veículo da publicação, cujo prazo virá a vencer-se em 09 de julho 2019, segundo protocolo 69. Poderemos, enfim, incorporar ao P.E.P, informações sobre este ente cujo nome não consta do Orçamento senão como integrante de “outras pessoas jurídicas”. Respeitamos, a priori, o SEHAC e o

arrojo da fórmula concebida para a sua atuação, mas não compreendemos as razões de sua atuação à margem da opinião pública.

Concluímos que, neste ponto incompleto de nossas pesquisas que não contam com ajuda técnica especializada de contadores e auditores, o Povo, através do Poder Público Municipal, arca, desde já, com a perspectiva inarredável de ter que pagar uma dívida de R\$ 2.580.000,00 (algo próximo de 2,6 bi, pois), que não transparece com clareza nos Orçamentos municipais. Falamos de valor equivalente ao de dois Orçamentos anuais completos de Petrópolis, mais uma parcela de um terceiro, e ainda não pudemos vislumbrar como o SEHAC se insere no quadro, embora seu eventual insucesso – oxalá não ocorra – viesse a pesar diretamente nos bolsos do Povo de Petrópolis.

Efetivos: tentando reunir dados esparsos.

A impressão que se tem é que ninguém, quer no Executivo quer no Legislativo, se dá ao trabalho de reunir os dados dos diversos órgãos, da Administração Direta ou indireta a títulos diversos. Quem se dispuser a saber algo que corresponda razoavelmente ao total, terá que garimpar informações esparsas relativas à PMP, CMP, INPAS efetivos próprios, INPAS aposentados, pensionistas e beneficiários, Comdep, CPTTrans e o ainda reticente SEHAC.

Comecemos por citar o FGV/DAPP, que informa, com base no ano de 2014, ter apurado a média de 24 funcionários públicos municipais por cada 1.000 habitantes. O que nos conduziria, face à uma população de 300.000 habitantes, a 7.200 funcionários de todas as categorias. Entendo que os aposentados e pensionistas estejam inclusos, pois foi decisão soberana de Petrópolis, embora sob forte pressão do Governo Federal, nos idos de 89 e 90.

Então vamos ao que pudemos levantar:

CMP	70
INPAS próprios	
INPAS aposentados	2.279 (31.12.17)
INPAS pensionistas	674 (31.12.17)
INPAS em benefício	
COMDEP	1.102 (site jun 19)
CPTtrans	118 (site jun 19)
SEHAC	1.082 (maio 2019)
TOTAL (provisório)	5.325

Mesmo na ausência dos dados mais numerosos (SAD-RH), já podemos antecipar que os efetivos estão fora de controle, e que ninguém os acompanha de modo consolidado. O que é uma lacuna gravíssima. O Relatório do Atuário em 31.12.17 informava que o total dos servidores (que recolhem para o RPPS) era de 6.558. A acrescentar os celetistas, os RPA, os estagiários e residentes, os cedidos de outros órgãos; os servidores em gozo de algum tipo de benefício por doença ou por reclusão; os efetivos administrativos do INPAS; e a levar em conta a legião de serviços terceirizados que merecem o condão de não serem mais contados embora não desapareçam das despesas municipais (coleta do lixo, Águas do Imperador, limpeza de órgãos muitos. Só somando ao total acima os servidores levados em conta pelo atuário, chegamos ao total de 11.883. Alguém acha que não vamos além do patamar dos 13.000? Se compararem à média da FGV, que importaria em 7.200, estamos com excesso de 80%. Com esta enorme máquina, nunca haverá sobra para investimentos.

Visto que estamos refletindo a longo prazo, considero relevante citar, aqui, os dados que levantei quando Secretário de Administração do Governo Gratacós, em março de 1.989. A população de Petrópolis era da ordem de 270.000 habitantes.

Eis o teor do Comunicado publicado nos jornais diários de Petrópolis em 01.03.89:

“Autorizados pelo Exmo Senhor Prefeito Municipal, levamos ao conhecimento público os dados abaixo, relativos à política de administr4ação dos recursos humanos.

1 – O Censo, procedido em janeiro, identificou 6.017 servidores, desconsiderados 205 contratados oriundos da SERVIG, arrolados nos registros porém ausentes de seus postos de trabalho já antes da posse da nova Administração;

2 – Os servidores estavam assim distribuídos: 4.012 na Administração Direta, 57 à disposição de outros Órgãos, 283 nas Autarquias (Caixa Beneficente e Hospital Municipal), 872 nas cinco Companhias de Economia Mista, 678 aposentados e 155 cadastrados após o Censo (férias ou licenças).

## PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)

### *“Construindo a Petrópolis que Queremos”*

3 – A Portaria nº 16 acarretou a demissão de 1.325 servidores irregularmente contratados. Cada Secretaria elencou os cargos indispensáveis ao desempenho de suas funções, e a Secretaria de Administração iniciou ampla revisão nos cadastros do pessoal, visando detectar casos passíveis de análise por Comissão de Inquérito já nomeada.

4 – Os fiscais nomeados após 1983, sem terem sido concursados foram destituídos de seus cargos, voltando a assumir as suas funções anteriores. 21 servidores foram atingidos pela medida.

5 – Concurso Público geral será realizado até o dia 31 de julho de 1989, para admissão em quadro legal compatível com as disposições da Constituição Federal (Regime Único). A Comissão Organizadora do Concurso já teve a sua instituição determinada, e a composição definida. O Concurso contará com a inscrição automática dos servidores admitidos após a Promulgação da Constituição (05.10.1988).

6 – Sendo indispensável ao Serviço Público, parcela dos servidores atingidos pela Portaria nº 16, foram autorizadas 698 admissões na Administração Direta e 34 no Hospital Municipal de Petrópolis por tempo determinado conforme preceitos da Constituição Federal e da Lei Orgânica dos Municípios em vigor.

7 – Todos os servidores contratados a partir da posse da nova Administração deverão prestar Concurso Público pois, não o fazendo ou não merecendo aprovação, terão o seu vínculo trabalhista interrompido ao término de seu contrato de trabalho por tempo determinado.

8 – E 28 de fevereiro de 1989, computadas todas as admissões aludidas no item 6 e já refletido o trabalho de racionalização desenvolvido pela Administração Paulo Gratacós, os efetivos já haviam sido reduzidos para os algarismos a seguir: Administração Direta, 3.663; já disposição de outros órgãos, 29; Autarquias, 371; Companhias de Economia Mista, 855; Aposentados, 678; em férias ou licenciados, 70. Novo total geral: 5.556.

(ass.) Philippe Guédon.

Qual a razão da população de crescido algo em torno de 10 a 15%; de termos terceirizado a coleta do lixo, o saneamento básico, a limpeza de boa parte dos locais; e não haver em funcionamento, à época, um único computador; de ainda contarmos em nossos quadros servidores em atividade junto ao novo Município de São José do Vale do Rio Preto, e de nossos efetivos próprios terem crescido 134% em trinta anos?

Algum petropolitano discorda da previsão que, sem os balizamentos do P.E.P, os efetivos continuarão a crescer sem qualquer tipo de controle, apenas para satisfazer as conveniências dos mandatários da hora?

Outros pontos relevantes da administração pública: os arquivos e os inventários

As transições entre as sucessivas Administrações transcorrem de modo selvagem entre nós. Os candidatos consideram o prefeito que sai como o gerador da “herança maldita”, sendo portanto “o adversário”. O mandatário que sai, por ignorar as respostas, desconsidera o art. 79 da LOM, e o sucessor, sem qualquer interesse em bem administrar, prefere anunciar o seu plano de governo, tão oco quanto o de seu antecessor e, não tendo recebido os dados previstos na LOM, poder reclamar ao longo dos 4 anos em decorrência da herança maldita. Por sua vez, por desconhecer a realidade de Petrópolis, descumpre também o infeliz artigo 79. O interesse do Povo passa ao largo e nenhuma autoridade controle o processo.

As Leis Municipais mais relevantes não foram sequer publicadas (LOM e RI da Câmara). Mesmo que o fossem, conheceriam o destino da nossa Legislação, ou seja, o interesse episódico quando de alguma razão externa maior.

Os trabalhos escritos que possam apresentar algum interesse, como Planos pagos pela Prefeitura ao custo de centenas de milhares de reais, são levados para casa por ocupantes de cargos de confiança que consideram-se senhores de arquivos que nunca lhes pertenceram; posso citar os estudos de geologia do Município, trabalhos da Théopratique e do IPT de São Paulo, que foram reimpressos e doados ao Povo de Petrópolis por seus Autores, a rogo de entidades comunitárias.

Quanto aos arquivos digitais, é hábito frequente – não geral, e tiremos os nossos chapéus para os que agem eticamente – levarem-se arquivos e deixarem-se discos rígidos vazios.

A solução aos terríveis problemas já foi pensada e proposta pela sociedade civil: no Instituto INK, a fração da Sociedade Civil teria os seus mandatos iniciando-se no meio dos mandatos eletivos públicos e seria guardiã dos arquivos do planejamento quando da grande e geral troca de equipes ao ensejo das transições. A solução é tão barata, eficiente e lógica, que nunca foi considerada nem será

## **PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)**

### ***“Construindo a Petrópolis que Queremos”***

cogitada nos planos de governo do TSE. Ao P.E.P a tarefa de bradar o bom-senso de todas as torres e prédios mais altos de Petrópolis; jamais algum partido se interessará por assunto tão ínfimo quanto os arquivos da Municipalidade.

Arquivos são tesouros vivos. Pergunto se alguém, sobretudo no Poder Legislativo, já pensou em ler os textos legais em vigor e propor a revogação do que já não cabe mais e daquilo que está escrito em dobro ou triplo, sem falar nos erros que pululam e nas tolices perigosas.

Com uma Câmara tão imponente e cara como a nossa, a tarefa poderia ser considerada.

O Instituto Koeler: A Jóia da Coroa

Caberá aqui, talvez, o PL do Instituto Koeler, o fim de Petrópolis visto como “cosa nostra” pelos partidos.

O Orçamento Participativo: a melhor das escolas de cidadania

Caso os Coordenadores do P.E.P. venham a achar necessário, posso colocar ao seu dispor a memória da versão Petrópolis do Orçamento Participativo, que foi retirada de cena em pleno êxito.

## GT08 – Cultura

### Sub-temas:

- Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural
- Fomento à Produção Cultural

### Participantes:

Vera Abad (Coordenadora), João Felipe Verleun (Coordenador)

### Release do GT08

Foram tecidas algumas considerações sobre os assuntos e abrangência deste GT.

Cultura e patrimônio se fundem em seus conceitos básicos posto que a cultura é parte do patrimônio e este abrange diversos aspectos culturais, materiais e imateriais. Foram discutidos os seguintes aspectos em reuniões do GT. Concordamos que o nosso patrimônio constitui a base, a riqueza e a própria razão de ser de nossa cidade:

#### Patrimônio ambiental

A cidade está localizada em região serrana de rara beleza, foi idealizada em meio à mata e traçada ao longo de cascatas, riachos e rios que já foram razão de atração turística. É contraproducente separar Centro Histórico, periferia, região rural. O tratamento de preservação ambiental deve ter em foco esta situação privilegiada como um todo.

#### Patrimônio Histórico

A história da cidade, sua memória e divulgação vai muito além do Museu Imperial e Casa do Colono. A memória do período de desenvolvimento industrial com o vasto e variado parque têxtil se resume nos galpões desocupados ou mal aproveitados. O grupo tem sugestões para sua utilização para atividades rentáveis como para estúdios de produção cinematográfica, para criação artística e exposições de arte, e até centros esportivos comunitários. O importante seria que tais ocupações gerassem trabalho e renda.

Ainda dentro do patrimônio histórico, temos os casarões de veraneio dos vários períodos durante os quais a cidade abrigou os que vinham à procura do clima ameno e da diversão oferecida pelos cassinos, hipódromos e teatros. A arquitetura de períodos distintos – construções coloniais, mansões em estilos clássico e eclético, chalés, prédios e casas *art nouveau* contam a história da cidade. Muitos deles estão protegidos por tombamento, porém a conservação é onerosa para os herdeiros, que já não os usam para moradia. Acreditamos na necessidade de se criar organismos de ajuda à preservação, visto que apenas a isenção de IPTU muitas vezes é insuficiente e os imóveis acabam por serem cedidos por aluguel a escolas, hotéis, pousadas, clínicas, etc. Nem toda ocupação é garantia de preservação, haja vista que o próprio poder público quando os ocupa é o mais descuidado por força das mudanças políticas e falta de verbas.

#### Patrimônio cultural

É comum quando se trata de cultura se imaginar de imediato a produção de apresentações artísticas – o espetáculo. De um modo geral este é o pensamento que rege a maior parte do apoio a ser dado financeiramente à cultura. Vamos tratar de alguns traços culturais de nossa cidade que foram descritos em nossas reuniões e cuja preservação e divulgação devem fazer parte dos projetos de nosso trabalho.

**Hábitos** – passeios pela mata, escaladas, grupos de observação de pássaros são típicos e tradicionais da cidade. Por falta de segurança e divulgação acabam por serem substituídos pelo chope na esquina.

**Conhecimentos** – o conhecimento da história das famílias, das denominações dos quarteirões, dos rios e das montanhas, dos vultos importantes da cidade são traços que vão se perdendo por falta de registro, divulgação e noção de importância.

## PEP20 - Planejamento Estratégico para Petrópolis (visão de 20 anos)

### *“Construindo a Petrópolis que Queremos”*

**Fazeres** – a habilidade manual na produção de cerâmica artística, artefatos de madeira e alimentos como pães, biscoitos e doces, bem como patês e embutidos tão típicos da cidade precisam de mais apoio e divulgação.

**Tradições** – danças típicas de origem germânica, construções em forma de chalés, as charretes, os carrinhos puxados por bodes, as pontes com guarda corpos em madeira em traves cruzadas pintadas de vermelho, os corais, os desfiles de estudantes no 7 de setembro, a decoração de Natal, a semana inglesa, os canteiros de flores à beira dos rios são traços culturais característicos da cidade. Infelizmente imposições externas de modernidade tendem a destruí-las. Muitos já desapareceram. Salvar o que resta é uma missão quase impossível.

**Manifestações artísticas** – dentro das tradições, os corais nos representam. Mas sempre tivemos também escolas de música, ballet, de danças clássicas e modernas. Uma pléiade de artistas plásticos de projeção até internacional são mal divulgados e mal reconhecidos e merecem estar também à frente de nosso patrimônio artístico.

Também por fim, mas não menos importante, Petrópolis foi e continua sendo berço e destino de importantes escritores e poetas que enriquecem nossa literatura.

Finalmente, essencial para o tema deste GT, assim como certamente o é para os demais GTs, qualquer que seja o projeto proposto, há que se fazer o planejamento adequado, e almejando o melhor, a excelência. A cidade que desejamos não se contenta com menos.

Não é à toa que o lema do PEP20 é “Construindo a Petrópolis que Queremos”.

## Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

### Propostas

- Ficou patente que temos uma quantidade de prédios desocupados ou mal ocupados que poderão abrigar nosso tão sonhado enriquecimento artístico;
- Locais para um teatro de arena ou mesmo um teatro de porte para concertos e festivais podem ser idealizados a partir de galpões industriais;
- Também onde houve um dia uma indústria têxtil, um museu desta mesma atividade poderia ser criado e visitado por turistas e estudantes, constituindo mais uma atração para a cidade, que já foi famosa por seus tecidos;
- Ainda seguindo a mesma ideia, a criação de um museu da memória da cidade, para abrigar inúmeros dados, objetos, fotos, etc., se faz mais que necessário. Muita coisa já se perdeu.

## Fomento à Produção Cultural

### Propostas

- A criação de festivais anuais com atrações da mesma modalidade, incluindo artistas locais e de fora, possivelmente com premiações, poderia ser fonte de divulgação e de renda para a cidade.